

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO ESPECIAL Nº 120/2024

Requer a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, de uma Subcomissão Especial visando a acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO ESPECIAL Nº , DE 2024

(Da Sra. Fernanda Melchionna e outros)

Requer a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, de uma Subcomissão Especial visando a acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a criação, desta Comissão de Educação, de uma Subcomissão Especial visando a acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação.

A presente comissão deverá ser composta por 5 membros titulares e 5 membros suplentes, tendo a duração de 180 dias, podendo ser prorrogada por mais 90 dias, caso necessário.

JUSTIFICATIVA

As fortes chuvas que impactaram o Rio Grande do Sul neste início de maio expuseram de maneira trágica a deficiência das políticas locais de prevenção e mitigação de desastres, bem como os problemas socioambientais ligados à ocupação desordenada do território: até o momento contam-se quase uma centena de mortes confirmadas, mais de cem pessoas desaparecidas, 22 mil desabrigadas, 344 municípios atingidos e perto de 1 milhão de pessoas diretamente afetadas. Cerca de 40 comunidades indígenas foram atingidas e se encontram em situação de grande precariedade.

Como não poderia deixar de ser, as escolas sofrem as consequências do desastre, e tiveram que suspender suas atividades. Nas coordenadorias de Porto Alegre e naquelas que





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Apresentação: 07/05/2024 10:12:48,093 - CE

REQ n.120/2024

abrangem as áreas de São Leopoldo, Estrela, Guaíba, Cachoeira do Sul e Canoas, ainda não há previsão de retorno. Segundo informações preliminares, de um total de 2.338 escolas estaduais, 733 delas, localizadas em 229 municípios, foram afetadas de alguma forma pelas chuvas. Desse contingente, 278 foram danificadas.

Nesse quadro desolador, que impacta o país como um todo, impulsionando mutirões de solidariedade para amparar o povo gaúcho, faz-se mister a criação de uma subcomissão destinada a acompanhar os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul, especialmente no que diz respeito às comunidades escolares e a infraestrutura dos estabelecimentos. Além de permitir que esta Casa tenha uma compreensão aprofundada do problema e acompanhe de perto as ações de recuperação, a subcomissão será de fundamental importância para a elaboração de políticas públicas visando a prevenir e mitigar o efeito de desastres que afetem as comunidades escolares em todo o país.

Eis porque contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das sessões, 06 de maio de 2024.

Fernanda Melchionna
PSOL/RS

Ivan Valente
PSOL/SP

Professora Luciene Cavalcante
PSOL/SP

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ

Tarcísio Motta
PSOL/RJ





Requerimento **(Da Sra. Fernanda Melchionna)**

Requer a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, de uma Subcomissão Especial visando a acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação.

Assinaram eletronicamente o documento CD243445172900, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)
- 3 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 4 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 5 Dep. Tarcísio Motta (PSOL/RJ)



ANEXO II

ATO DA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ato de criação da Subcomissão Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação, conforme o Requerimento nº 120/2024, da Deputada Fernanda Melchionna e outros, aprovado pelo Plenário da Comissão em reunião realizada em 08 de maio de 2024.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

57ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 29, *caput* e inciso II do Regimento Interno, esta Presidência decide criar a **Subcomissão Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação**, conforme o Requerimento nº 120/2024, da Deputada Fernanda Melchionna e outros, aprovado pelo Plenário da Comissão em reunião realizada em 08 de maio de 2024.

A Subcomissão será composta de 7 membros, aos quais passo a ler:

- Franciane Bayer (Rep/RS) - Presidente
- Fernanda Melchionna (Psol/RS) - Relatora
- Soraya Santos (PL/RJ)
- Daniel Barbosa (PP/AL)
- Moses Rodrigues (União/RO)
- Delegada Katarina (PSD/SE)
- vaga do PT



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Em razão do disposto no § 1º do art. 29 do Regimento Interno, declaro extinta a Subcomissão Permanente do Novo Ensino Médio, criada pelo ato da Presidência em 26 de abril de 2023.

Sala da Comissão, em 3 de julho de 2024.

Deputado Nikolas Ferreira
Presidente

ANEXO III

REQUERIMENTO DE VISITAS TÉCNICAS Nº 187/2024

Requer a realização de Visita Técnica dos membros da Subcomissão Especial - Enchentes do RS - SUBRS, junto às escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul que foram atingidas pelas enchentes.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR OS IMPACTOS DA TRAGÉDIA AMBIENTAL SOBRE A COMUNIDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Das Sr^a Franciane Bayer e Fernanda Melchionna)

Requer a realização de Visita Técnica dos membros da Subcomissão Especial - Enchentes do RS - SUBRS, junto às escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul que foram atingidas pelas enchentes.

Senhor (a) Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos à Vossa Excelência a realização de Visita Técnica de membros desta Subcomissão Especial - Enchentes do RS - SUBRS, com ônus para Câmara dos Deputados, ao estado do Rio Grande do Sul, para colher informações acerca da atual situação fática das escolas públicas que foram atingidas pelas enchentes, a fim de trazer elementos para elaboração do relatório com proposições e soluções.

Para tanto, serão apresentados nesta Subcomissão oportunamente os municípios e as escolas que serão visitadas em datas a serem informadas a posteriori.

JUSTIFICAÇÃO

Com a finalidade de contribuir com os trabalhos da **Subcomissão Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação**, as Visitas Técnicas que serão realizadas trarão e darão à SUBRS condições práticas de forma palpável para elaborar parecer com plano de ações que



serão executados, seja a curto, médio ou longo prazo.

Pelos motivos ora expostos, solicitamos, portanto, o apoio dos nobres pares para realização das Visitas Técnicas ora proposta.

Sala das Comissões, Agosto de 2024

Dep. Franciane Bayer
Republicanos/RS

Dep. Fernanda Melchionna
PSOL/RS





Requerimento para realização ou participação em Seminário, Visita Técnica ou outro Evento (Da Sra. Franciane Bayer)

Requer a realização de Visita Técnica dos membros da Subcomissão Especial - Enchentes do RS - SUBRS, junto às escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul que foram atingidas pelas enchentes.

Assinaram eletronicamente o documento CD243066182500, nesta ordem:

- 1 Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC/RS)
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



ANEXO IV

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 188/2024

Requer a realização de Audiências Públicas na Capital, Região Metropolitana e interior do Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre “os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR OS IMPACTOS DA TRAGÉDIA AMBIENTAL SOBRE A COMUNIDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Das Sr^a Franciane Bayer e Fernanda Melchionna)

Requer a realização de Audiências Públicas na Capital, Região Metropolitana e interior do Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre a “*os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação*” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros.

Senhor (a) Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, XIII e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta D. Comissão Permanente, a realização de Audiências Públicas na Capital, Região Metropolitana e interior do Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre a “*os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação*” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros, bem como, sensibilizar os nobres pares para importância do tema e responsabilidade desta Casa em selar pela qualidade da Educação mesmo em condições adversas causadas por calamidade pública.

Para tanto, serão sugeridos nesta Subcomissão oportunamente as cidades e os expositores que irão debater o referido tema, em datas a serem informadas a posteriori.



JUSTIFICAÇÃO

Com a finalidade de contribuir com os trabalhos da *Subcomissão Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação*, enriquecer o debate, para ao final tomar providências, se faz necessário o presente Requerimento de Audiências Públicas que serão realizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS), e cidades interioranas que também foram fortemente atingidas pelas enchentes e que tiveram suas escolas impactadas.

Seja aprovado o Requerimento de Audiência Pública que realizará junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, também a realização de mesma ação junto às cidades metropolitanas e interioranas, trará à Subcomissão subsídios e informações importantes para prover um trabalho com resultados efetivos para todos os entes envolvidos e comprometidos nas soluções dos problemas enfrentados pela comunidade escolar do Estado.

Tal medida trará sem dúvida, informações novas e atualizadas do cenário vivido pelas escolas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, além do que esperamos sensibilizar não só os membros desta D. Comissão de Educação, mas também os gestores públicos com o comprometimento esperado ao caos vivenciados pelas equipes de apoio e integrantes das Secretarias de Educação.

Não obstante estarmos todos cientes dos fatos ocorridos, a estrutura organizacional das escolas no Estado restaram prejudicadas, seja em sua estrutura física, tais como predial, bibliotecas, acervos didáticos, áreas de tecnologia, o que também reflete sobre todo o corpo docente e alunos, com impactos psicológicos envolvidos, reflexos dos traumas extraescolares vivenciados por todos.

Tem esta ***Subcomissão Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul***, uma responsabilidade firmada na busca de soluções práticas e efetivas para reverter o quadro diagnosticado pelos entes envolvidos na tragédia, no que vale ressaltar que as Audiências Públicas terão prioridade para escolha o município onde s impactos foram mais significativos.



Pelos motivos ora expostos, solicitamos, portanto, o apoio dos nobres pares para realização das Audiências Públicas propostas, nas condições supra observadas.

Sala das Comissões, Agosto de 2024

Dep. Franciane Bayer
Republicanos/RS

Dep. Fernanda Melchionna
PSOL/RS





Requerimento de Audiência Pública **(Da Sra. Franciane Bayer)**

Requer a realização de Audiências Públicas na Capital, Região Metropolitana e interior do Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre a “os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros.

Assinaram eletronicamente o documento CD248725354200, nesta ordem:

- 1 Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC/RS)
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



ANEXO V

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 189/2024

Requer a realização de Audiência Pública junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre “os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR OS IMPACTOS DA TRAGÉDIA AMBIENTAL SOBRE A COMUNIDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Das Sr^a Franciane Bayer e Fernanda Melchionna)

Requer a realização de Audiência Pública junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre a “*os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação*” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros.

Senhor (a) Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, XIII e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta D. Comissão Permanente, a realização de Audiência Pública junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre a “*os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação*” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros, bem como, sensibilizar os nobres pares para importância do tema e responsabilidade desta Casa selar pela qualidade da Educação mesmo em condições adversas causadas por calamidade pública.

Para tanto, serão sugeridos nesta Subcomissão oportunamente os expositores para debater o referido tema, em data a ser informada a posteriori.

JUSTIFICAÇÃO

Com a finalidade de contribuir com os trabalhos da **Subcomissão**



Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, bem como as ações de recuperação, enriquecer o debate, para ao final tomar providências, se faz necessário o presente Requerimento.

Aprovado o Requerimento 120/2024 de criação da presente Subcomissão em 08/05/2024, ensejam neste ato conjunto, esforços do legislativo para alavancar medidas efetivas que visem minimizar os impactos sofridos na comunidade educacional gaúcha.

Com o objetivo de ampliar a participação cidadã, e prioritariamente dos agentes envolvidos no sistema educacional, a audiência pública conjunta com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, faz-se necessária para apurar e depurar os efeitos nocivos sofridos no setor educacional do Estado, buscando mecanismos efetivos de convergência de ações Federais, Estaduais e Municipais em soluções práticas.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), ainda no início de Julho/2024, dois meses após a tragédia climática, mais de 6,9 mil estudantes ainda permaneciam fora das salas de aula. Desta feita, a comunidade escolar do Rio Grande do Sul ainda busca mecanismos para se reerguer após a enchente de maio ter inundado instituições de ensino, com danos estruturais severos, deixando milhares de alunos sem aulas.

Como referência da gravidade e prejuízos do ensino, há mais de 100 dias após as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, Porto Alegre, por exemplo, retomou somente nesta última segunda-feira (19/08), as atividades em todas as escolas da rede municipal. Conforme levantamento da Prefeitura, 650 alunos de sete instituições permaneciam sem aulas desde maio.

Não obstante estarmos todos cientes dos fatos ocorridos, a estrutura organizacional das escolas no Estado restaram prejudicadas, seja em sua estrutura física, tais como predial, bibliotecas, acervos didáticos, áreas de tecnologia, o que também reflete sobre todo o corpo docente e alunos, com impactos psicológicos envolvidos, reflexos dos traumas extraescolares vivenciados por todos.



Tem esta ***Subcomissão Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul***, uma responsabilidade firmada na busca de soluções práticas e efetivas para reverter o quadro diagnosticado pelos entes envolvidos na tragédia.

Pelos motivos ora expostos, solicitamos, portanto, o apoio dos nobres pares para realização da Audiência Pública proposta.

Sala das Comissões, Agosto de 2024

Dep. Franciane Bayer
Republicanos/RS

Dep. Fernanda Melchionna
PSOL/RS





Requerimento de Audiência Pública **(Da Sra. Franciane Bayer)**

Requer a realização de Audiência Pública junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para debater sobre a “os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros.

Assinaram eletronicamente o documento CD244293920200, nesta ordem:

- 1 Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC/RS)
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



ANEXO VI

OFÍCIO Nº 89/2024

Solicitação de Informações - Situação da infraestrutura escolar do RS após a enchente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

Of. n. 089/2024

Brasília, 09 de julho de 2024.

À Senhora
RAQUEL FIGUEIREDO ALESSANDRI TEIXEIRA
Secretária de Educação do Rio Grande do Sul
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 1501
Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS
CEP 90119-900

Assunto: Situação da infraestrutura da rede escolar pós-enchente.

Senhora Secretária,

Considerando, como é de seu conhecimento, que o Estado do Rio Grande do Sul enfrenta ainda as consequências do pior desastre climático de sua história, em decorrência das chuvas intensas e enchentes ocorridas no final do mês de abril e início de maio, que colocou o Estado em uma situação de calamidade pública, reconhecida pelo Decreto Legislativo 236/2024, em nível Federal e pelo Decreto nº 57.600/24 do Governo do Estado.

Considerando que as instituições de ensino do Rio Grande do Sul foram também impactadas, significando inclusive a interrupção das atividades pedagógicas no estado, além da utilização das estruturas das instituições para abrigagem de famílias atingidas pelas enchentes.

Solicitamos através deste, nos termos da LAI (Lei Federal 12527/11), com a maior brevidade possível, as seguintes informações:

- 1) Qual o número total de escolas públicas que foram atingidas?

Câmara dos Deputados, anexo IV, Gabinete 621.
Telefone: 61 – 32155621
dep.fernandamelchionna@camara.leg.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

- 2) Quantas escolas estaduais e quantas municipais?
- 3) Qual o grau de impacto da catástrofe em cada escola das redes estadual e municipal?
- 4) Qual a política do ministério/Estado para a reconstrução das escolas?
- 5) Quantas bibliotecas escolares foram atingidas? E quais as perdas contabilizadas?
- 6) Quantas escolas, estaduais e municipais, respectivamente, permanecem fechadas?
- 7) Quantas escolas, estaduais e municipais, respectivamente, ainda estão no modelo remoto?

Certos de poder contar com o vosso compromisso e sensibilidade diante da tragédia que acomete nosso Estado, agradeço a atenção, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDA MELCHIONNA
Deputada Federal – PSOL/RS

ANEXO VII

Resposta ao Ofício nº 89 pela SEDUC

Informações referentes apenas às escolas de sua competência e monitoramento, ou seja, escolas estaduais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

OFÍCIO GAB/SEDUC Nº 1982/2024

Porto Alegre, 07 de outubro de 2024.

A Senhora
FERNANDA MELCHIONNA
Deputada Federal
Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Assunto: Situação da infraestrutura da rede escolar pós-enchente de maio de 2024.

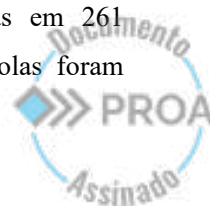
Prezada,

Ao cumprimentá-la, cordialmente, em resposta ao Ofício n. 089/2024, recebido nesta Secretaria, referente à Situação da infraestrutura da rede escolar após os eventos climáticos que assolaram o estado do Rio Grande do Sul, e considerando que a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul tem competência sobre as 2.338 escolas estaduais da rede, das quais realizamos o monitoramento do impacto dos eventos climáticos ocorridos em Abril e Maio de 2024, informamos o que segue.

1) Qual o número total de escolas públicas que foram atingidas?

Foram 1.106 escolas estaduais afetadas em diferentes níveis, com problemas estruturais, perda de equipamentos e mobiliário, problemas para acesso, energia elétrica e distribuição de água, além de comunidades afetadas, distribuídas em 261 municípios, onde 404.849 estudantes foram impactados. Além disso, 611 escolas foram efetivamente danificadas durante os eventos climáticos de Abril e Maio de 2024.

Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 1501 - CEP 90119-900 - Porto Alegre- RS
Fone: (51) 3288 4700 E-mail: gabinetese@seduc.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

2) Quantas escolas estaduais e quantas municipais?

Foram 1.106 escolas estaduais afetadas em diferentes níveis, de um total de 2.338 escolas estaduais, que representam cerca de 47,30% das escolas da rede estadual, compreendendo que a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul possui competência e monitoramento somente sobre as escolas estaduais.

3) Qual o grau de impacto da catástrofe em cada escola das redes estadual e municipal?

Com base em critérios analíticos definidos pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, o nível de criticidade das 2.338 escolas estaduais foram classificadas em cinco tipos, conforme descrito abaixo:

- **Tipo 1:** Prédios escolares sem dano e comunidade escolar pouco ou não atingida.
- **Tipo 2:** Prédios escolares sem danos, com dificuldade de acesso ou em uso para ajuda humanitária. Comunidade escolar atingida.
- **Tipo 3:** Prédios escolares com danos simples, necessitam de limpeza e/ou pequeno reparo para reabertura total ou parcial. Comunidade consideravelmente atingida.
- **Tipo 4:** Prédios escolares danificados, necessitam de reformas específicas (elétrica, hidráulica, etc) e comunidade bastante atingida.
- **Tipo 5:** Prédios escolares totalmente inoperantes, necessitam de reconstrução total ou realocação e comunidade severamente atingida.

Quantidade de escolas estaduais mapeadas por nível de criticidade

Quantidade de escolas estaduais mapeadas por Nível:

Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 1501 - CEP 90119-900 - Porto Alegre- RS
Fone: (51) 3288 4700 E-mail: gabinetese@seduc.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

Tipo 1	1264
Tipo 2	532
Tipo 3	443
Tipo 4	78
Tipo 5	21
Total	2.338

4) Qual a política do ministério/Estado para a reconstrução das escolas?

A grande maioria das escolas não necessita reconstrução, alguns casos necessitam reformas que estão sendo conduzidas pela Secretaria de Obras Públicas. As escolas classificadas como Tipo 5 estão sob avaliação conjunta com a Secretaria da Reconstrução Gaúcha para determinar a necessidade de reconstrução e/ou realocação dos estudantes, considerando a localização do edifício escolar. As unidades educacionais serão analisadas individualmente, levando em conta a infraestrutura e a realidade da comunidade escolar.

5) Quantas bibliotecas escolares foram atingidas? E quais as perdas contabilizadas?

A equipe de biblioteconomistas da Secretaria Estadual da Educação acompanha de perto a situação de escolas com salas de leitura danificadas pelas enchentes de maio de 2024. No episódio de maio, foram identificadas 89 escolas com algum grau de danos em sua respectiva sala de leitura.

5.1. Recomposição do acervo

A recomposição do acervo foi calculada com base no quantitativo de exemplares por estudantes padrão. Havendo escolas com um número de estudantes inferior a

Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 1501 - CEP 90119-900 - Porto Alegre- RS
Fone: (51) 3288 4700 E-mail: gabinetese@seduc.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

100 (cem) matrículas, convencionou-se que a biblioteca deve ter no mínimo 100 (cem) títulos e 500 (quinhentos) exemplares, de modo que a variedade e circulação do material não sejam prejudicados. Com exceção das escolas que informaram especificamente o número de obras necessárias para a sua biblioteca, as demais quantidades foram calculadas conforme os critérios elencados acima.

5.2. Recomposição básica do ambiente: Mobiliários e Equipamentos.

A recomposição básica do ambiente está sendo organizada conforme orienta a Resolução CFB Nº 220, de 13 de maio de 2020. Em vista do caráter emergencial, foram priorizados equipamentos e mobiliário mínimo para o acondicionamento do acervo e o funcionamento dos serviços essenciais de uma biblioteca escolar.

6) Quantas escolas, estaduais e municipais, respectivamente, permanecem fechadas?

Todas as escolas da rede estadual já retomaram as aulas (100% dos estudantes).

7) Quantas escolas, estaduais e municipais, respectivamente, ainda estão no modelo remoto?

Não há mais escolas estaduais em modelo remoto.

Por fim, ressaltamos que a Secretaria Estadual da Educação mantém diálogo próximo e constante com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para apoio às escolas municipais dos municípios gaúchos.



Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 1501 - CEP 90119-900 - Porto Alegre- RS
Fone: (51) 3288 4700 E-mail: gabinete@seduc.rs.gov.br



24190000335390



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição
para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira,
Secretária de Estado da Educação.



Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 1501 - CEP 90119-900 - Porto Alegre- RS
Fone: (51) 3288 4700 E-mail: gabinete@seduc.rs.gov.br



24190000335390

Nome do documento: 20241007 GAB_SEDUC_1982.pdf

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira

SE / GAB-SE / 467536301

07/11/2024 16:30:29



ANEXO VIII

OFÍCIO Nº 97/2024

Solicitação de informações - encaminhado às equipes diretivas das escolas da rede estadual e municipal dos municípios do Rio Grande do Sul em estado de calamidade e emergência, visando a obtenção de informações sobre as condições da escola após o período da enchente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

Of. n. 097/2024

Brasília, 22 de agosto de 2024.

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Diretor(a)

Assunto: Solicitação de informações sobre os danos causados pelas enchentes

Senhor(a) Diretor(a),

Sabemos que as chuvas e inundações recentes causaram afetações para a comunidade gaúcha e às escolas do nosso Estado. Diante dessa situação catastrófica para a educação, nosso mandato tomou a iniciativa de requisitar a criação de uma *Subcomissão Especial de Impactos e Recuperação da Educação do Rio Grande do Sul*, dentro da Comissão de Educação, na Câmara dos Deputados. Ela foi instaurada no dia 14 de agosto de 2024, com o objetivo de focar nos desafios que as escolas do estado estão enfrentando após a catástrofe climática de maio. Queremos unir esforços, conversar com todos os órgãos competentes, ouvir especialistas para entender bem a situação e garantir os recursos públicos necessários para acelerar a recuperação, minimizando ao máximo os prejuízos para nossos estudantes.

Buscamos acompanhar de perto o esforço das escolas para retomar suas atividades normais. Por isso, solicitamos sua colaboração para apresentar informações sobre a atual situação da Escola, referente aos prováveis danos causados pelas enchentes e inundações que acometeram nosso Estado; e também sobre a atual situação dos(as) estudantes:

Câmara dos Deputados, anexo IV, Gabinete 621.
Telefone: 61 – 32155621
dep.fernandamelchionna@camara.leg.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

- 1) A enchente provocou algum abalo ou dano estrutural às edificações da sua escola? Há algum laudo técnico atestando a estabilidade da edificação ou o risco de sua utilização pela comunidade escolar?
- 2) Houve prejuízo ao mobiliário da escola? Será necessária a recomposição de mobiliário? Indicar com detalhamento os danos ocorridos e quais as necessidades atuais da escola.
- 3) Houve prejuízo aos equipamentos elétricos e eletrônicos da escola? Será necessária a recomposição de equipamentos? Quais e em que quantidade?
- 4) Há dano ao material didático utilizado nas atividades escolares? Indicar com detalhamento os danos ocorridos e quais as necessidades atuais da escola.
- 5) A biblioteca da escola foi atingida, houve perda de acervo, mobiliários, equipamentos ou danos à infraestrutura e estrutura do espaço da biblioteca? Indicar com detalhamento os danos ocorridos e quais as necessidades atuais da escola.
- 6) Foi ou ainda há necessidade de algum tipo de pequena reforma ou pintura para utilização adequada dos espaços da escola pela comunidade escolar?
- 7) Caso a escola tenha sido utilizada, ou permaneça ainda como abrigo para famílias desalojadas, existem outras necessidades a serem cobertas? Quais?
- 8) Em sua escola, o retorno às aulas está se dando em que modalidade: presencial, por revezamento, híbrido ou remoto?
- 9) Sobre o retorno pleno dos estudantes às atividades escolares, quantos estudantes estão matriculados na escola e quantos estudantes efetivamente retornaram às aulas?
- 10) Será necessário realizar a busca ativa de estudantes que não retornaram às atividades escolares? Quantos estudantes encontram-se em situação de evasão escolar?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

- 11) Em sua escola as hora-aulas previstas para cada etapa do ensino estão sendo cumpridas integralmente? Caso não estejam, qual a defasagem de carga horária e quais os motivos para o não atendimento da carga horária?
- 12) Em sua escola, quais anos estão em atividade regularmente? Caso algum ano do ensino não esteja sendo atendido, indicar quais.
- 13) A sua escola funcionava em quais turnos (manhã, tarde, noite)? Existe algum turno em que as atividades não tenham retornado adequadamente? Qual (is)?

Para organizar melhor as informações apresentadas, enviamos formulário para preenchimento. Acreditamos na importância de elaborar um diagnóstico realista da atual situação, em coordenação com as instituições de ensino, para construir juntos soluções para a retomada integral das atividades em cada uma das escolas do Rio Grande do Sul afetadas.

Certas de poder contar com a vossa atenção a esta solicitação, agradecemos desde já a colaboração, reiterando nosso compromisso com a retomada das atividades educativas e culturais do nosso Estado.

Respeitosamente,

FERNANDA MELCHIONNA
Deputada Federal – PSOL/RS

ANEXO IX

OFÍCIO Nº 107/2024

Solicitação de prorrogação da data de realização do ENEM 2024 para os estudantes do ensino médio do Rio Grande do Sul.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

Of. n. 107/2024

Brasília, 25 de setembro de 2024.

À Sua Excelência o Senhor
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bloco L,
Brasília/DF, CEP 70047-900
gabinetedoministro@mec.gov.br

Assunto: Solicitação de prorrogação da data de realização do ENEM 2024 para os estudantes do ensino médio do Rio Grande do Sul

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio desta solicitar a prorrogação da data de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2024 para os estudantes do ensino médio do Estado do Rio Grande do Sul, para que o exame seja aplicado em dezembro, coincidente com a data reservada para o ENEM voltado às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL).

Câmara dos Deputados, anexo IV, Gabinete 621.
Telefone: 61 – 32155621
dep.fernandamelchionna@camara.leg.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

Tal solicitação se fundamenta na recente catástrofe que atingiu o Estado. De acordo com os últimos dados divulgados pela Defesa Civil¹, as enchentes que ocorreram em abril e maio de 2024 impactaram fortemente 478 municípios, sendo 95 deles atualmente reconhecidos como em estado de calamidade pública. 2.398.255 pessoas foram diretamente afetadas pelas cheias, e mais de 442 mil gaúchos tiveram que deixar suas residências. Esta situação tem gerado imenso impacto social, prejudicando diversas esferas da vida comunitária, em especial o setor educacional.

As escolas públicas e privadas das regiões afetadas foram duramente atingidas pelas enchentes, resultando na destruição significativa de infraestrutura, mobiliário, material didático e bibliotecas. Algumas instituições sofreram danos tão graves que ainda estão impossibilitadas de retomar as atividades regulares. Diversas dessas escolas também serviram como abrigos temporários, agravando ainda mais a situação.

Além da perda física das escolas, o ensino foi severamente comprometido. Muitas instituições ficaram semanas sem aulas, conforme constatado no mapa de retorno da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul², o que prejudicou o andamento do conteúdo programático. Em algumas localidades, como em Roca Sales e Muçum, o retorno às atividades ocorreu apenas em setembro, após um longo período de paralisação. Ademais, centenas de estudantes ainda enfrentam condições adversas, sem acesso à moradia, internet e demais recursos fundamentais para se prepararem adequadamente para as provas do ENEM.

Vale destacar que, a poucas semanas do exame, relatos de alunos afetados indicam que muitos estão improvisando formas de estudo, diante da ausência de um ambiente

¹ <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8>

² <https://educacao.rs.gov.br/mapa-do-retorno>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

adequado e da interrupção significativa do ano letivo. Mesmo com o retorno gradual das aulas, o tempo perdido e o impacto psicológico causado pelas enchentes comprometem seriamente o desempenho acadêmico dos estudantes. Portanto, a realização do ENEM na data original agravaria as desigualdades já existentes, uma vez que os alunos das regiões afetadas encontram-se em desvantagem em comparação com os demais candidatos do país.

Diante dessa realidade, solicito respeitosamente a prorrogação da data do ENEM 2024 para os estudantes do Rio Grande do Sul, de modo que possam realizar as provas em dezembro, juntamente com os candidatos do ENEM PPL. Tal medida será fundamental para assegurar que esses estudantes tenham tempo suficiente para se recuperar e se preparar adequadamente para o exame, garantindo equidade no processo seletivo. Além disso, entendemos que tal mudança não comprometerá o cronograma do ENEM nem prejudicará os demais candidatos.

Certa de sua compreensão e sensibilidade quanto à urgência e relevância desta solicitação, agradeço a atenção, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDA MELCHIONNA
Deputada Federal – PSOL/RS

ANEXO X

OFÍCIO Nº 126/2024

Solicitação de Informações – Recursos recebidos para reconstrução de escolas públicas. A pedido dos representantes das escolas públicas presentes na Audiência Pública realizada em 22 de novembro de 2024 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 9 de dezembro do referido ano, foi encaminhado à Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, a senhora Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

Of. n. 126/2024

Brasília, 9 de dezembro de 2024.

À Senhora

RAQUEL FIGUEIREDO ALESSANDRI TEIXEIRA

Secretária de Educação do Rio Grande do Sul

Centro Administrativo de Contingência

Avenida Joaquim Porto Villanova, 201

Jardim Carvalho, Porto Alegre – RS

CEP 91410-400

gabinetese@seduc.rs.gov.br

Assunto: Solicitação de Informações – Recursos recebidos para reconstrução de escolas públicas

Excelentíssima Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, solicito informações atualizadas sobre as doações e investimentos realizados por entidades privadas e entidades do terceiro setor para a reconstrução de escolas atingidas pelas enchentes que instauraram a situação de calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul, ocorridas em maio de 2024.

No dia 22 de novembro de 2024, em atenção a requerimento nº 189/2024 da Subcomissão Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do Rio Grande do Sul, foi realizada Audiência Pública para debater sobre “os impactos sofridos na área educacional do Estado, bem como ações de recuperação” suas consequências, riscos e diferentes posições sobre ajustamento e intervenções, entre outros. Nesta audiência, realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, diversos representantes de entidades públicas como a própria Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, a Coordenação de Apoio às Redes de Educação Básica do Ministério da Educação, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do

Câmara dos Deputados, anexo IV, Gabinete 621.

Telefone: 61 – 32155621

dep.fernandamelchionna@camara.leg.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

Sul (CEEd/RS), o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA), a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS), o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CEPERS) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (Undime/RS) estiveram presentes e apresentaram não só diagnósticos sobre a atual situação do sistema educativo público estadual e municipal, mas também demandas pendentes e encaminhamentos necessários para o processo de reconstrução da educação no Estado.

Neste sentido, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul apresentou documento, fruto de audiência com mais de 70 representantes de comunidades escolares, realizada no dia 14 de maio de 2024, em que expressam suas preocupações e indicam as principais demandas referentes à reconstrução do sistema escolar público, entre estas: a) garantir que os recursos financeiros extras cheguem às escolas com agilidade e equidade, de forma a possibilitar limpeza, compra de materiais e equipamentos, consertos possíveis pela autonomia escolar; b) garantir que as escolas atingidas pelas enchentes sejam reconstruídas com qualidade, e que não tenham caráter provisório; c) reconstituir os espaços de bibliotecas escolares, seus acervos e profissionais habilitados e/ou capacitados para mantê-las abertas com projetos de leitura e escrita e circulação de livro; d) dar atenção especial aos espaços de cozinha e refeitórios, bem como no provimento de funcionários/as para a alimentação e limpeza; e) fazer levantamento dos territórios ilhados e das estruturas escolares comprometidas, para com a comunidade escolar, representada pelas instâncias democráticas da escola, definir as soluções paliativas e as definitivas.

A mesma Comissão de Educação apresentou, nesta audiência pública, relatório de monitoramento das escolas estaduais no segundo semestre de 2024, indicando diversas escolas com situações muito graves com relação à estrutura; no segundo semestre de 2024,



CÂMARA DOS DEPUTADOS FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

o relatório indicou o monitoramento de 501 escolas com 1.598 demandas de obras. Destas, apenas 42 demandas foram iniciadas (3%), 1.445 não foram iniciadas (90%) e 111 concluídas (7%).

Além dos relatos obtidos durante a referida Audiência Pública, diversas reportagens tem noticiado a atuação do setor privado e de organizações não governamentais na recuperação das instituições de ensino atingidas¹, contribuindo com recursos financeiros, materiais e mão de obra para a reconstrução da rede escolar pública do Rio Grande do Sul.

Diante de tal fato, das doações e investimentos que vem sendo aportados pelo setor privado e por organizações não governamentais (ONGs) visando à retomada das atividades educacionais do nosso Estado, e como resultante dos encaminhamentos realizados na Audiência Pública descrita acima, solicitamos informações atualizadas sobre: 1) Total de recursos aportados por entidades privadas e ONGs para a reconstrução das escolas atingidas pelas enchentes; 2) Listagem das entidades privadas e ONGs que aportaram recursos nas instituições públicas, com os respectivos tipos de recursos e valores aportados por cada uma; 3) Listagem de todas as escolas que reportaram, até o momento, doações do setor privado e entidades do terceiro setor, os valores aportados a cada uma, com a respectiva listagem das entidades privadas e do terceiro setor que realizaram as referidas doações; 4) Existência de contrapartida para os entes privados e ONGs por parte do

¹ **Iniciativa privada contribui para reconstrução de escola atingida pelas enchentes em Canoas:**

<https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/iniciativa-privada-contribui-para-reconstru%C3%A7%C3%A3o-de-escola-atingida-pelas-enchentes-em-canoas-1.1559655>

B3 Social, Instituto Ultra e Santander lançam campanha em apoio a escolas atingidas por enchentes no RS: <https://gife.org.br/b3-social-instituto-ultra-e-santander-lancam-campanha-em-apoio-a-escolas-atingidas-por-enchentes-no-rs/>

ONG cria fundo para retomada da educação no Rio Grande do Sul após chuvas; saiba como doar:

https://www.estadao.com.br/brasil/ong-comunitas-fundo-educacao-reconstrucao-rs-chuvas-nprm/?srsltid=AfmBOopc_essvg612oVq-bMLTJlaKqgZ0AX4bgNbmR7WoPSYogAAIwSd

Escola Patinho Feio será recuperada por parceiro privado:

<https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/escola-patinho-feio-sera-recuperada-por-parceiro-privado>

Solidariedade: campanha Adote uma Escola é lançada no RS:

<https://somoscooperativismo.coop.br/noticias-representacao/solidariedade-campanha-adote-uma-escola-e-lancada-no-rs>

AJURIS auxilia na recuperação de 27 escolas públicas: <https://ajuris.org.br/ajuris-auxilia-na-recuperacao-de-27-escolas-publicas/>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA – PSOL/RS

governo do Estado do Rio Grande do Sul e/ou das prefeituras dos Municípios que receberam recursos para este fim; 5) Destino dos recursos recebidos, incluindo mão-de-obra, compra de equipamentos, mobiliários e/ou materiais; 6) Indicadores referentes aos investimentos ou doações realizados, como número de escolas beneficiadas, tipo de intervenção realizada e prazo de execução e; 7) Iniciativas em curso por parte do Estado visando a promoção da transparência e exercício do controle social sobre os recursos privados recebidos.

Certa de contar com a sua colaboração, renovo votos de estima e consideração e reafirmo o compromisso do nosso mandato com a reconstrução da educação pública e de qualidade do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

FERNANDA MELCHIONNA
Deputada Federal – PSOL/RS

ANEXO XI

MEC Unido pelo Rio Grande do Sul

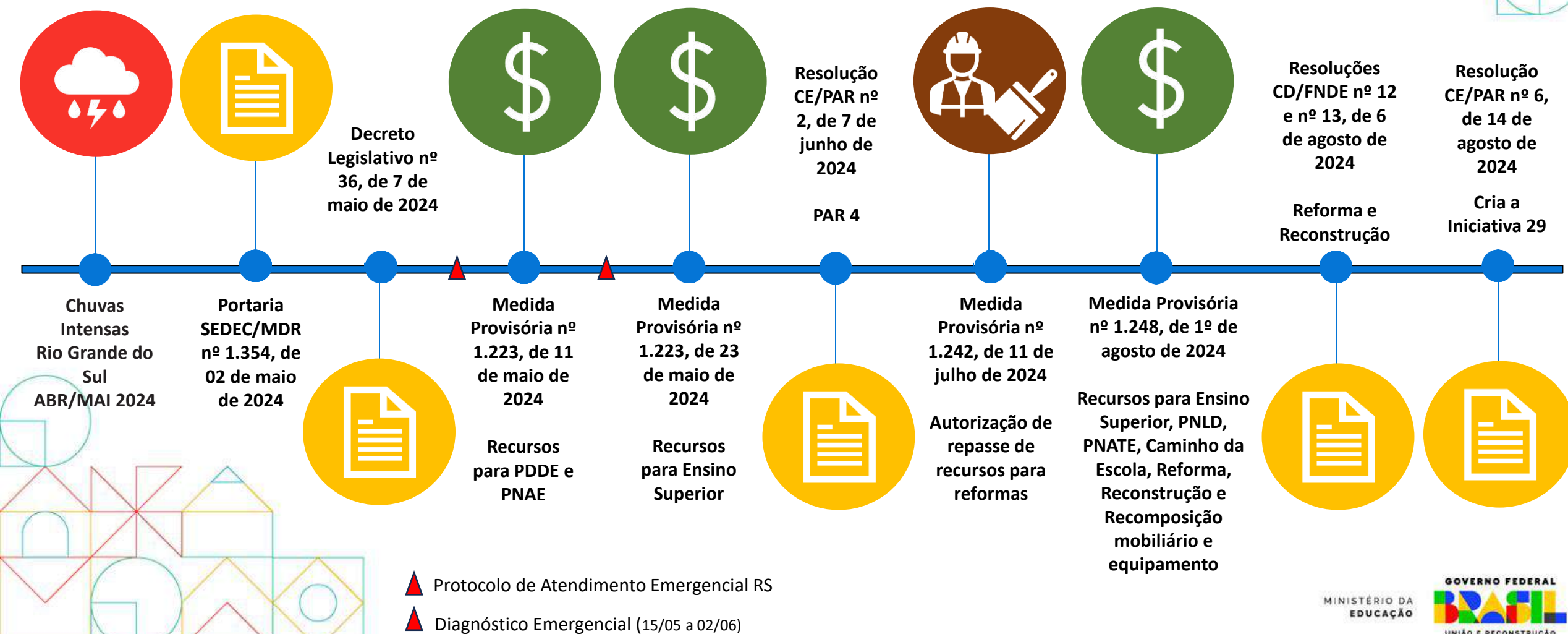
Apresentação realizada pelo Ministério da Educação (MEC), durante Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no dia 22 de novembro de 2024.

MEC Unido pelo Rio Grande do Sul

Dados para a Audiência Pública: impactos sofridos na área educacional do RS, bem como ações de recuperação, suas consequências e riscos.

Radson Lima Vila Verde
(CGARE/DAGE/SEB/MEC)

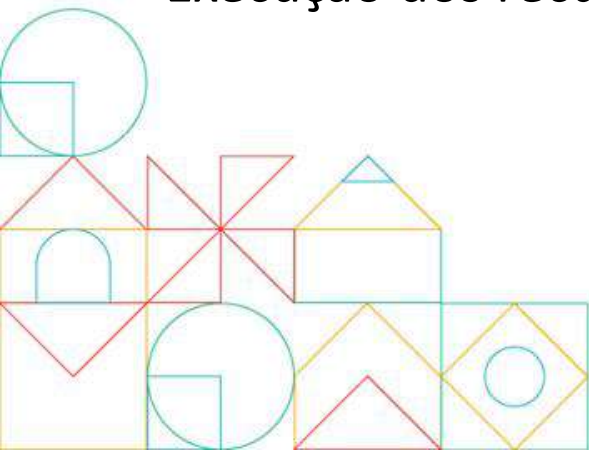
Linha do Tempo das Ações





Desafios Encontrados e Soluções Apresentadas

- Tempo de resposta às situações de calamidade e emergência públicas;
- Articulação intergovernamental (MEC, Casa Civil, MDR, Defesa Civil, IF);
- Identificação da situação, por meio de diagnóstico para planejamento de intervenção;
- Comunicação rápida e eficiente para apoio e orientação (UNDIME, WhatsApp, reuniões virtuais, ofícios, e-mails);
- Capacidades técnicas instaladas (Protocolo com procedimentos técnicos e normativos adotados);
- Captação de recursos para atendimento às demandas (Créditos Extraordinários – Casa Civil);
- Execução dos recursos (2023 e 2024) – FNDE.



Participação no Diagnóstico

200 MUNICÍPIOS

Escolas	Na Mancha	Fora da Mancha	Total por Ente
Municipais	245	842	1.087
Estaduais	111	415	526
Total Geral	356	1.257	1.613

A **mancha** trata-se de delimitação georreferenciada abrangendo as imagens das áreas inundadas, por meio de satélites próprios e dos satélites e das constelações disponibilizados mediante a adesão à Carta Internacional Espaço e Grandes Desastres, fornecida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a partir de solicitação da Casa Civil.

Impacto revelado no Diagnóstico

Escolas indicadas no Diagnóstico Emergencial e Escolas na Mancha

Diagnóstico Redes de Educação Básica (Municípios e Estado)	Quantidade Declarada no Diagnóstico			Quantidade na Mancha		
	Municipal	Estadual	Total	Municipal	Estadual	Total
1. Reconstrução	33	4	37	20	4	24
2. Reforma	518	241	759	131	72	203
3. Recomposição de Mobiliário	418	191	609	151	86	237
4. Recomposição de Equipamentos	418	186	604	147	84	231
5. Recomposição de materiais de consumo	408	265	673	142	88	230
6. Limpeza, pintura e outras pequenas reformas	716	521	1.237	155	106	261
7. Recomposição de livros e materiais didáticos do PNLD	231	134	365	137	55	192
8. Escolas de apoio para o enfrentamento à calamidade	209	90	299	42	9	51

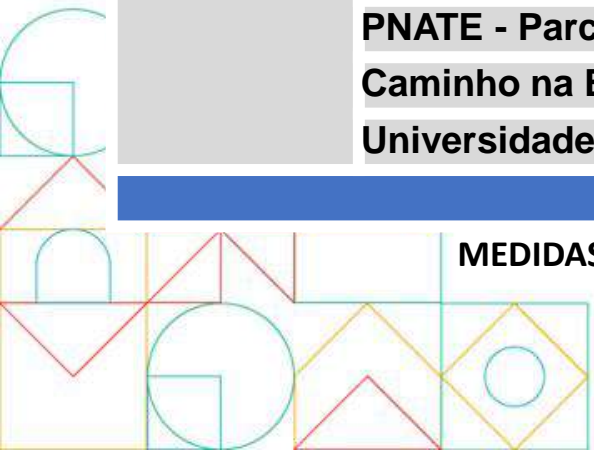
Fonte: Extração de dados do Diagnóstico Emergencial, disponibilizado em módulo específico do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).



Créditos Extraordinários para Recuperação das Escolas

MP	Ação Destinada	Nº de estudantes/ escolas/ campi atendidos	Valor do Crédito
MP 1.218	PNAE - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	1.607.627 estudantes	R\$ 25.890.844,00
	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica (Limpeza)	6.067 escolas estimadas (1.460 escolas atendidas)	R\$ 46.109.200,00
MP 1.223	Universidades e Institutos Federais	63 campi	R\$ 22.626.909,00
MP 1.248	Reformas	199 escolas	R\$ 13.095.000,00
	Reconstruções	26 escolas	R\$ 297.661.181,00
	PAR - Recomposição de mobiliário e equipamentos	112 escolas	R\$ 42.895.014,00
	PNLD - Recomposição de acervos	376 escolas (c/ reposições de 254.504 livros)	R\$ 12.000.000,00
	PNATE - Parcela extra		R\$ 594.240,00
	Caminho na Escola -Recomposição de ônibus		R\$ 873.726,00
	Universidades e Institutos Federais	44 campi	R\$ 27.849.931,00
Total Geral			R\$ 489.596.045,00

MEDIDAS PROVISÓRIAS: [Nº 1.218, DE 11 DE MAIO DE 2024](#); (EDUCAÇÃO BÁSICA R\$ 72.000.044,00)
[Nº 1.223, DE 23 DE MAIO DE 2024](#); E (ENSINO SUPERIOR R\$ 22.626.909,00)
[Nº 1.248, DE 1º DE AGOSTO DE 2024](#). (EDUCAÇÃO BÁSICA R\$ 367.119.161,00 + ENSINO SUPERIOR S R\$ 27.849.931,00)



Solicitações Recebidas na SEB/MEC

Reconstrução

TOTAL GERAL:	24
Escolas Municipais	24
Escolas Estaduais	0
Na Mancha	20
Fora da Mancha	4

Reformas Leves e Médias

TOTAL GERAL:	124
Escolas Municipais	65
Escolas Estaduais	59
Danos Leves	25
Danos Médios	99
Na Mancha	101
Fora da Mancha	23

Reformas Graves

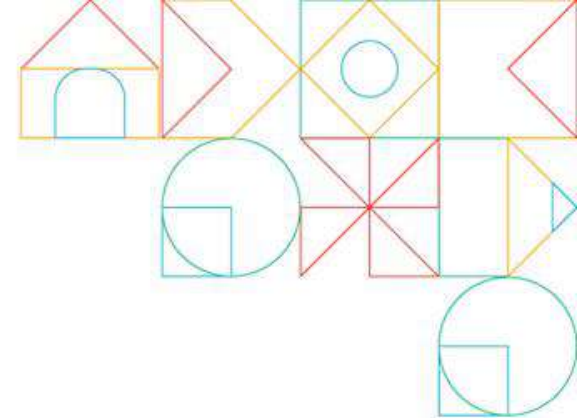
TOTAL GERAL:	122
Escolas Municipais	112
Escolas Estaduais	10
Na Mancha	96
Fora da Mancha	26

Total Reformas = 246 escolas
(197 na mancha)

Recomposição de Mobiliários e Equipamentos

TOTAL GERAL:	76 municípios
---------------------	----------------------

Fonte dos dados: atualização SEB até em 12/11.



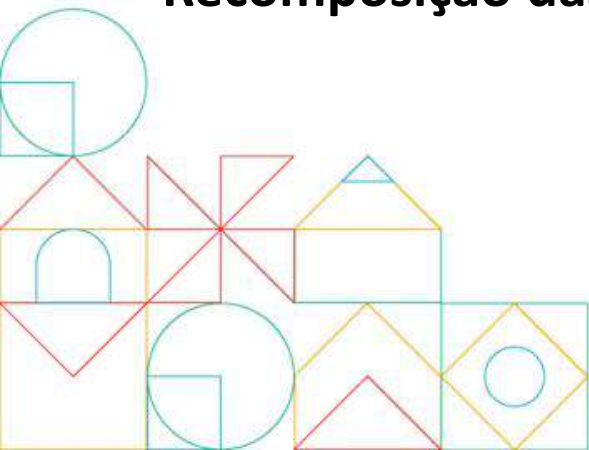
Pontos de Atenção

Infraestrutura

- Execução dos recursos transferidos;
- Tempo de reconstrução das escolas;
- Reconstrução de escolas em terrenos não alagáveis;
- Aquisição de mobiliários e equipamentos, via PAR (adesão ARP-FNDE ou licitação do próprio ente).

Acolhimento socioemocional dos estudantes e profissionais de educação

Recomposição das aprendizagens



Informações Gerais

A lista de escolas da “mancha”, os modelos de relatórios técnicos, a legislação aplicada e as orientações para os gestores encontram-se na página MEC Unido pelo RS

<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/mec-unido-pelo-rs>



Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade



Entrar com o gov.br

Ministério da Educação

O que você procura?



Centrais de Conteúdo > Campanhas > MEC Unido Pelo RS



Links úteis

- <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/mec-unido-pelo-rs/lista-de-escolas-do-diagnostico-emergencial-que-constam-da-delimitacao-georreferenciada.pdf>
- <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/protocolo-emergencial-pdde-par.pdf>
- https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/mec-unido-pelo-rs/orientacoes_reconstrucoes.pdf
- https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/mec-unido-pelo-rs/orientacoes_apoio-a-reforma-de-escolas.pdf
- <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/mec-unido-pelo-rs/legislacao>
- <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/mec-unido-pelo-rs/documentos>
- <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-7-de-junho-de-2024-564568162>
- <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-13-de-6-de-agosto-de-2024-576852637>
- <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2024/resolucao-no-12-de-6-de-agosto-de-2024.pdf/view>

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO L | BRASÍLIA – DF | 70.047-900
0800 616161



GOV.BR/MEC

ANEXO XII

MANIFESTO PELA RECONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO

Manifesto apresentado pela deputada estadual e Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do RS, Sofia Cavedon, disponibilizada em Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no dia 22 de novembro de 2024.

Manifesto pela Reconstrução da Educação no RS

Maio 2024

Em reunião realizada no dia 14 de maio, mais de 70 representantes das comunidades escolares foram acolhidos num processo de escuta pela presidência da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa. Nesta reunião, foram expressas as preocupações, bem como um conjunto de propostas de curto e médio prazo para serem implementadas pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal no âmbito da educação, no sentido da superação das dificuldades vividas neste momento de calamidade pública provocadas pelas enchentes que assolam as diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

É um momento sensível onde muitas pessoas perderam suas casas, dentre elas muitos trabalhadores e trabalhadoras em educação bem como alunos e alunas. Precisamos somar esforços no sentido de observar e garantir a saúde física, mental e material de todos e todas. Da mesma forma, esta fragilidade vai trazer reflexos no processo ensino e aprendizagem, que não se resolverão a curto prazo, exigindo, então, esforço coletivo e solidário de todos nós. Sendo assim, apresentamos um conjunto de propostas que podem estar contempladas nas políticas governamentais beneficiando a área da educação, e que estão ao alcance das autoridades públicas. São elas:

- Garantir que os recursos financeiros extras cheguem às escolas com agilidade e equidade, de forma a possibilitar limpeza, compra de materiais e equipamentos, consertos possíveis pela autonomia escolar.
- Garantir que as escolas atingidas pelas enchentes sejam reconstruídas com qualidade, e que não tenham caráter provisório.
- Reconstituir os espaços de bibliotecas escolares, seus acervos e profissionais habilitados e/ou capacitados para mantê-las abertas com projetos de leitura e escrita e circulação de livro.
- Dar atenção especial aos espaços de cozinha e refeitórios, bem como no provimento de funcionários/as para a alimentação e limpeza. O que já vinha com muitas deficiências antes das enchentes e se tornam mais estratégicos agora.
- Garantir a autonomia pedagógica das escolas para diagnosticar sua comunidade e recompor o currículo.
- Não impor a retomada das aulas de forma única para as redes de ensino. É necessário levar em conta a realidade de cada escola. Cada região e cada escola deverá ter um olhar específico.
- As secretarias de educação devem fazer escuta ativas dos e das professoras, funcionários e estudantes.
- Garantir calendários e protocolos por município de mitigação da crise nas escolas.
- Executar diagnóstico com foco nos profissionais de educação e famílias, para que os e as atingidas tenham um período para recompor suas casas e reestruturar suas famílias.
- Fazer levantamento dos territórios ilhados e das estruturas escolares comprometidas, para com a comunidade escolar, representada pelas instâncias democráticas da escola, definir as soluções paliativas e as definitivas.

- Contribuir para que as escolas e sua comunidade escolar constituam fóruns, de forma democrática, para discutir as estratégias para o retorno escolar seguro.
- Contribuir para que a escola pública seja referência organizadora das comunidades em seus territórios.
- Providenciar a entrega de kits de materiais escolares aos estudantes (computadores, kits de jogos pedagógicos e esportivos, livros, cadernos, lápis, canetas...) com agilidade.
- Garantir a recuperação do trabalho pedagógico, preferencialmente de forma presencial.
- Ampliar, na medida do possível e do planejado com as escolas, o tempo escolar com oficinas culturais, esportivas, pedagógicas no contraturno escolar, a exemplo do que foi o Mais Educação e o Mais Cultura na Escola, sendo esse último importante para a conexão com os e as artistas e fazedores de cultura locais.
- Conceder passe livre geral para os e as estudantes, professores(as) e funcionários(as) atingidos pelas enchentes, para se deslocarem no acesso às escolas.
- Garantir também o atendimento aos/às alunos/as da EJA. O Poder público precisa manter a acolhida e o atendimento presencial aos alunos e alunas.
- Garantir e ampliar o apoio para os e as alunos(as) de inclusão.
- Garantir conectividade geral nas escolas.
- Organizar nas escolas reflexões críticas sobre o que está acontecendo em função da flexibilização das leis ambientais.
- Trabalhar com crianças, adolescentes, adultos e comunidade escolar a importância e a garantia das políticas públicas e a responsabilidades dos governantes.
- Implementar o tema da educação ambiental de forma efetiva no currículo escolar.
- Garantir, enquanto muitas crianças e jovens estão nos abrigos provisórios, acolhimento digno e contratar quem forneça atividades lúdicas e pedagógicas.
- Nomear de os professores concursados onde há banco de vagas e publicar o cadastro reserva dos aprovados,
- Encaminhar o fim do desconto previdenciário para trabalhadores e trabalhadoras em educação aposentados(as).
- Implementar Programa de financiamento para moradia aos trabalhadores(as) em educação que foram atingidos pelas enchentes.
- Criar mecanismos de perdão, suspensão ou prorrogação das dívidas dos trabalhadores(as) em educação que perderam tudo em função das enchentes.
- Garantir logística para a situação de professores e servidores que têm que se locomover de uma cidade para outra para poderem trabalhar.
- Ter instâncias de gestão da crise na educação incluindo representação dos trabalhadores da educação, especialmente na definição dos recursos que serão destinados e se estes serão direcionados adequadamente.
- Retomar as reuniões do Fórum Estadual de Educação (FEE).

- Incluir representação dos Trabalhadores em Educação no Grupo de Trabalho e representação de mães e pais e de Entidade Estudantil no Grupo de Trabalho da SEDUC, para coordenar ações de auxílio a comunidade escolar (Hoje, a composição tem as seguintes entidades UNCME, SINEPE, FAMURS, CAOEJI, MPRS, ATRICON).
- Desenvolver ações articuladas com as Universidades Públicas e Institutos Federais do RS no intuito de organizar respostas e alternativas educacionais para essa catástrofe. As instituições de ensino superior públicas têm um papel fundamental na construção de sociedade igualitária, justa, ambientalmente responsável e orientada por valores humanitários.

Assinam este documento:

- ✓ Sofia Cavedon – Deputada Estadual e Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do RS
- ✓ Liliane Ferrari Giordani – Diretora da FAGED/UFRGS
- ✓ Aline Lemos Cunha Della Libera – Vice-diretora da FAGED/UFRGS
- ✓ Mariângela Bairos – Professora da FAGED/UFRGS
- ✓ Luciano Dedin da Costa - Professora da FAGED/UFRGS
- ✓ Magda Martins de Oliveira - Técnica em Assuntos Educacionais da FAGED/UFRGS
- ✓ Silvana Corbellini – Professora da UFRGS
- ✓ Cesar Rolim - Movimento Virada da UFRGS
- ✓ Larissa Paiva Seadi – Estudante da UFRGS
- ✓ Júlio Xandro Heck – Reitor do IFRS
- ✓ Rudinei Muller Diretor geral do IFRS – Campus Restinga
- ✓ Marlise Paz - IFRS - Campus Alvorada
- ✓ Direção do CPERS/ Sindicato
- ✓ Neiva Inês Lazarotto – Diretora Geral do 39º Núcleo do CPERS/Sindicato
- ✓ Karla Sadoski – Diretora do 39º Núcleo do CPERS/Sindicato
- ✓ Adélia Menezes dos Santos - 37º Núcleo do CPERS
- ✓ Rosa Giovanoni - 28º Núcleo do CPERS
- ✓ Júlio Cesar de Azeredo Sá – Presidente da Associação de Mães e Pais pela Democracia (AMPD)
- ✓ Anderson Farias – Presidente da UGES União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas.
- ✓ Isabel Letícia Pedros Medeiros – Diretora Geral da ATEMPA - Associação de trabalhadores em educação do município de Porto Alegre
- ✓ Cindi Sandri – Direção do SIMPA – Sindicato dos Municípios de Porto Alegre
- ✓ Tânia Regina Oliveira Graziadei - Coordenadora da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA)
- ✓ Fernanda dos Santos Paulo - Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA)
- ✓ Tamar Gomes de Oliveira Ferreira – Vice Coordenadora da AEPPA Associação de Educadores Populares de Porto Alegre
- ✓ Coordenação do Fórum Gaúcho de Educação Infantil – FGEI
- ✓ Liana da Silva Borges – Coordenação da Rede Internacional Café com Paulo Freire
- ✓ Marco Aurélio Freire Ferraz – Presidente do Fórum pela Inclusão Escolar
- ✓ Guilherme Reichwld – Coordenação do Fórum da EJA do RS e do Coletivo Nacional da EJA
- ✓ Nina Rosa Ventimiglia Xavier – Presidente da Associação dos Supervisores de Educação do Estado do RS – ASSERGS
- ✓ Viviane Silva de Souza – Diretora de Planejamento da AOERGS - Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul
- ✓ Ana Felix – Conselho Municipal de Educação de Novo Hamburgo
- ✓ Gustavo Vianna da Silva – Diretor da EMEF Prof. Larry José Ribeiro e professores e diretores de escolas estaduais e municipais de Novo Hamburgo, Porto Alegre, Guaíba, Gravataí, Pelotas, Capão do Leão, Cachoeirinha, Canoas, Rosário do Sul, presentes na reunião.
- ✓ SIMPA- Sindicato dos Municípios de Porto Alegre.

ANEXO XIII

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DAS ESCOLAS ESTADUAIS 2º SEMESTRE DE 2024

Relatório elaborado pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia - CECDCT da Assembleia Legislativa, disponibilizado pela deputada estadual e Presidente da Comissão, Sofia Cavedon, disponibilizado em Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no dia 22 de novembro de 2024.



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DAS ESCOLAS ESTADUAIS

2 SEMESTRE DE 2024

INTRODUÇÃO

A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia - CECDCT da Assembleia Legislativa aprovou, em fevereiro de 2023, o **Monitoramento das Obras Escolares** e, desde maio, este monitoramento se encontra no site da Assembleia.

Além de acompanhar as diversas listas de escolas que necessitavam de reformas em suas estruturas, publicadas pelo governo, a CECDCT recebeu muitas demandas e pedidos de ajuda de todo o estado, tanto relativos a obras escolares, como de falta de recursos humanos nas instituições.

Em 2023, foram elaborados três Relatórios de Monitoramento de Obras escolares e um Relatório sobre falta de recursos humanos nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul, que abrangeram 334 escolas¹ com algum tipo de necessidade informada a esta Comissão.

Em **2024**, além da atualização da situação destas escolas com relação a obras e recursos humanos, também perguntamos às escolas sobre seu PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios, sobre quadras e espaços esportivos, bibliotecas, cozinha e refeitórios escolares.

Em maio deste ano, quando preparávamos a divulgação dos dados, vivemos o desastre climático que provocou temporais e enchentes destruidoras em todo o Estado, incluindo a capital. As atividades presenciais foram suspensas na Assembleia, embora continuemos acompanhando a situação das escolas e, como fato novo, o atendimento aos desabrigados alojados nas escolas e outros espaços. Este relatório abrange o período de janeiro a junho, sendo que apenas atualizamos escolas já comunicadas até final de setembro, o que totalizou **501 escolas em 2024**.

¹ Todas as demandas das escolas foram devidamente confirmadas com as equipes diretivas.



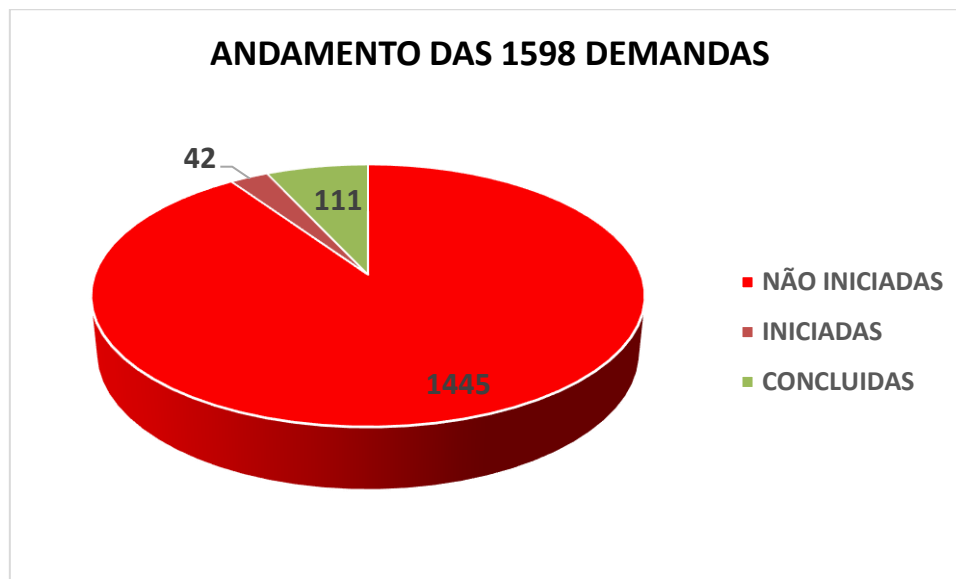
Incluimos o Anexo I, ao final deste monitoramento, sobre o panorama dos estragos e dos atingidos pelo desastre climático na educação, fornecidos pelos sites oficiais da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e pelo Ministério da Educação.

A seguir, apresentaremos ponto a ponto as questões observadas e os dados coletados sobre as 483 escolas informantes.

1. Os dados do Monitoramento das Obras Escolares

Desde o início do monitoramento, encontramos diversas escolas com situações muito graves com relação a estrutura. No último relatório de monitoramento, em dezembro de 2023, tínhamos um total de 940 demandas, apresentadas por 334 escolas. Neste segundo semestre de 2024, temos 501 escolas monitoradas com 1.598 demandas de obras. Destas, apenas 42 demandas foram iniciadas (3%), 1.445 não foram iniciadas (90%) e 111 concluídas (7%).

Gráfico 1 – Andamento das Demandas de Obras das Escolas



Abaixo, apresentamos tabela completa das demandas apresentadas nas 501 escolas:

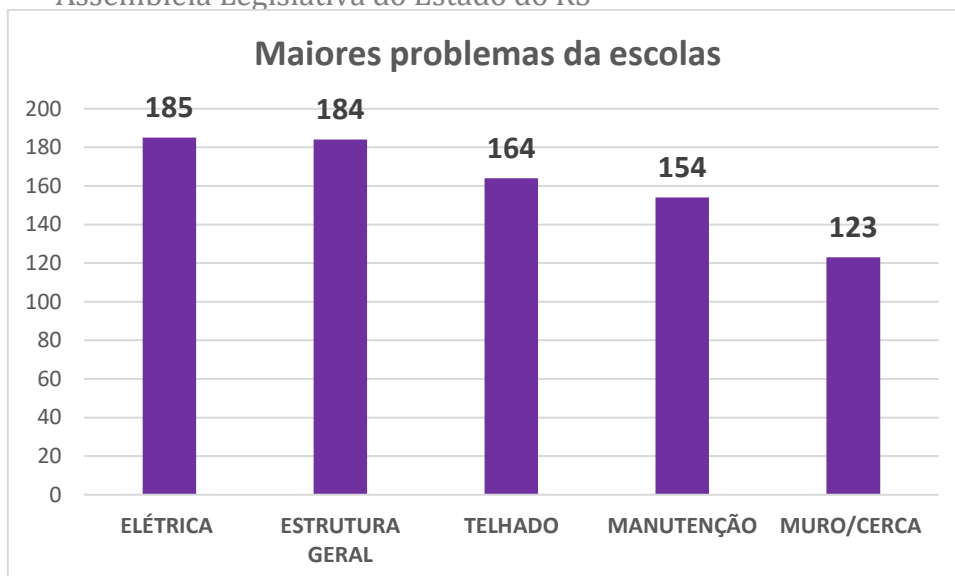
Tabela 1 - Total de demandas das escolas monitoradas



PROBLEMA	INICIADA	NÃO INICIADA	CONCLUÍDA	TOTAL
ELÉTRICA	12	158	15	185
ESTRUTURA - GERAL	7	164	13	184
QUADRA DE ESPORTES REFORMA	2	163	4	169
TELHADO	3	141	20	164
MANUTENÇÃO	4	137	13	154
AMPLIAÇÃO DA ESCOLA	-	93	2	95
REFEITÓRIO REFORMA	3	71	3	77
ESTRUTURA - BANHEIRO	2	50	13	65
MURO CONSTRUÇÃO	2	61	-	63
MURO REFORMA	2	50	8	60
QUADRA DE ESPORTES CONSTRUÇÃO	1	57	-	58
REFEITÓRIO CONSTRUÇÃO	-	55	1	56
GINÁSIO CONSTRUÇÃO	1	55	-	56
ESTRUTURA – SALAS DE AULA	1	42	7	50
COZINHA REFORMA	2	45	2	49
GINÁSIO REFORMA	-	30	4	34
HIDRÁULICA	-	30	2	32
COZINHA CONSTRUÇÃO	-	15	-	15
ESCOLA NOVA	-	15	-	15
CAIXA D'ÁGUA	-	9	3	12
INTERNET	-	4	1	5
TOTAL	42	1445	111	1598

Destacamos que, do total das escolas monitoradas, 15 instituições necessitam ter seus prédios construídos ou reconstruídos, 93 escolas pautaram necessidades de ampliação e somente 2 indicaram que tiveram suas demandas de ampliação atendidas. Com relação à interdição, temos 18 escolas interditadas, sendo 3 de forma total e 15 parcialmente interditadas.

Gráfico 2 - As principais demandas de obras que não foram iniciadas nas escolas

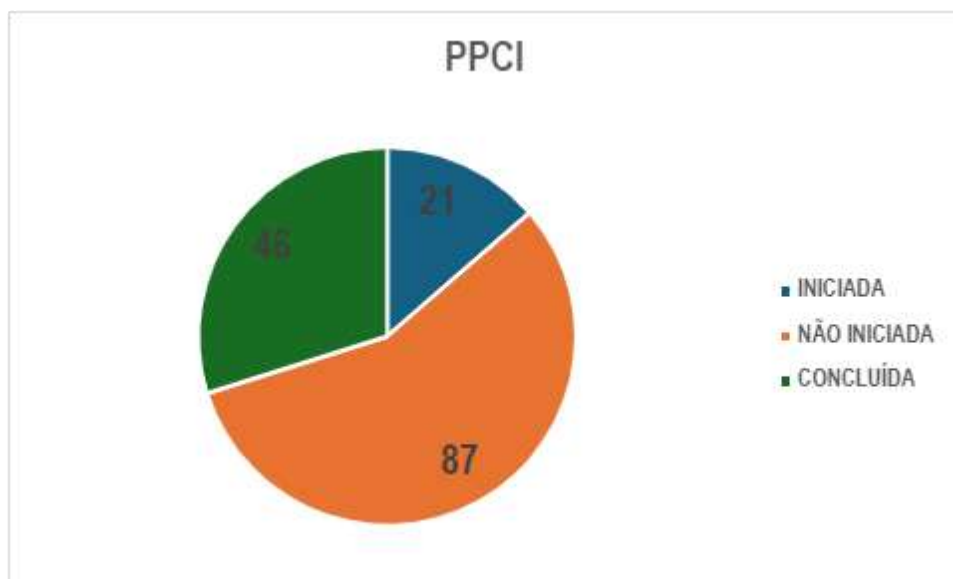


Notamos que a necessidade de reformas elétricas, já indicada em 2023 como um dos grandes problemas, permanece em 185 escolas. Também destacamos a preocupação com segurança das instituições no pedido de cercamento ou construção de muros no entorno das escolas.

1.1. Os dados do Monitoramento sobre PPCI na Rede Estadual

Quando perguntamos às escolas sobre a situação dos PPCI- Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios, **154 escolas** responderam:

Gráfico 3- PPCIS nas Escolas Monitoradas





A Lei Complementar 14.376/2013 estabelecia prazos até o final de 2024 para adequação dos espaços ao PCI, porém, em dezembro de 2023, o governador prorrogou o prazo para 2026. Mas o processo precisa ser protocolado até dezembro de 2024 e garantir condições mínimas de adequação.

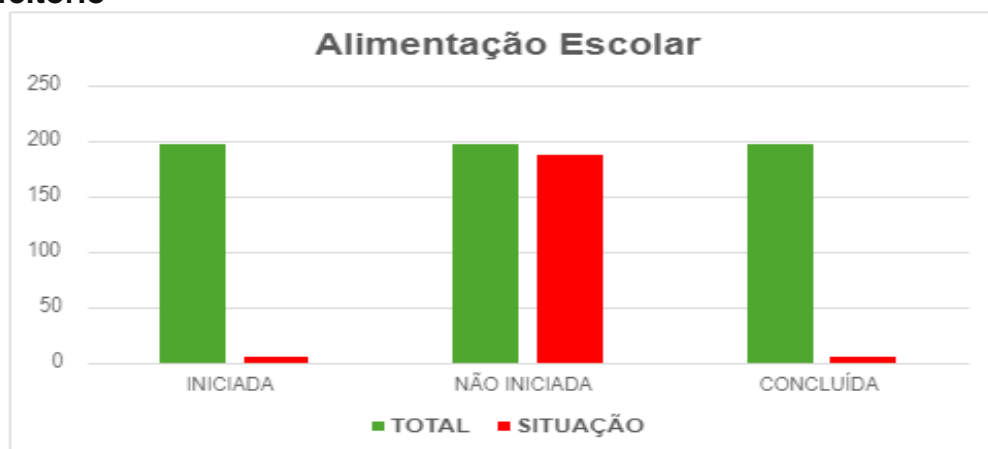
Preocupante que mais da metade das escolas ainda não iniciou este processo.

1.2. Os dados do Monitoramento sobre cozinhas e refeitórios nas escolas da Rede Estadual

O Programa Nacional de Alimentação Escolar garante repasses federais para os estudantes de todas as etapas da educação, mas para a efetividade do mesmo há a necessidade de que as escolas tenham estruturas para a produção desta alimentação, das 483 escolas monitoradas, **197 escolas (40,8% do total de escolas monitoradas)** apontaram alguma demanda relacionada a alimentação, reforma ou construção de cozinhas e refeitórios.

- **64 escolas (32,5% das escolas informantes)** referiram alguma demanda em relação a **cozinha**, sendo que 15 escolas solicitaram a construção de novas cozinhas.
- **133 escolas (67,5% das escolas informantes)** referiram alguma demanda em relação a **refeitório**, sendo que **56 escolas solicitaram a construção**, tendo 1 demanda atendida até o momento.

Gráfico 4- Situação das demandas monitoradas dos espaços de alimentação: cozinha e refeitório



Como parte dos espaços pedagógicos das escolas, as instituições monitoradas



precisam recuperar e qualificar as cozinhas e refeitórios e algumas relatam que sequer têm o refeitório, dispondo apenas de pequenas cozinhas, o que não possibilita garantir plenamente o direito a alimentação escolar.

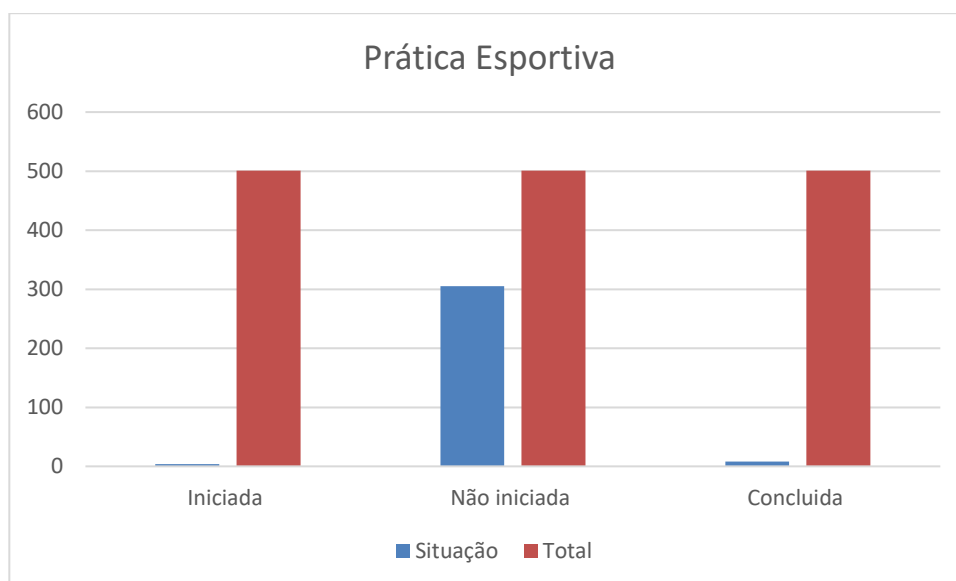
1.3 Os dados do Monitoramento sobre quadras esportivas, ginásios e espaços para a prática esportiva nas escolas da Rede Estadual

O brincar e se exercitar na escola, além de recomendado, precisa ser garantido em espaços seguros e acolhedores.

Sobre espaços para a prática esportiva nas escolas da Rede Estadual, das 501 escolas monitoradas, **317 escolas (63,2%)** apontaram alguma demanda relacionada a prática esportiva, reforma ou construção de ginásios e quadras poliesportivas.

- **90 escolas** referiram alguma demanda em relação a **ginásio**, sendo que 4 escolas tiveram suas reformas realizadas.
- **227 escolas** referiram alguma demanda em relação a **quadra poliesportiva**, sendo que 4 escolas tiveram suas reformas realizadas.

Gráfico 5- Situação das demandas dos espaços para prática esportiva nas escolas



Pelos números coletados, temos 4 obras iniciadas, 8 concluídas e 305 esperando por obra. Proporcionalmente, a mostra cobre 21% do total de escolas no estado e teve informações coletadas antes da destruição das enchentes, que deve ter agravado ainda mais a situação.

ANEXO XIV

DESAFIOS E CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE APÓS A TRAGÉDIA CLIMÁTICA: A ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Apresentação realizada por Aline de Oliveira Kerber, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre, em Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no dia 22 de novembro de 2024.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE

DESAFIOS E CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE APÓS A TRAGÉDIA CLIMÁTICA: **A ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

SEMINÁRIO - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2024



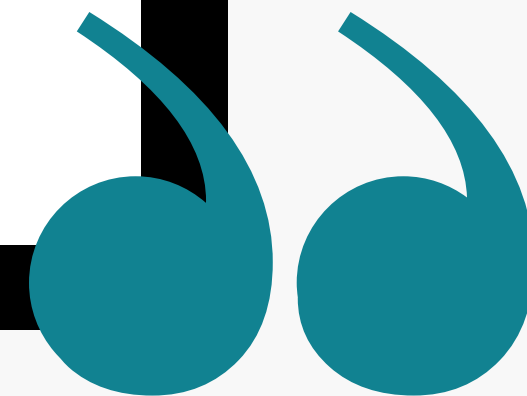


RELATÓRIO DE PESQUISA CME/POA: SITUAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E PARCEIRAS NA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E AMBIENTAL EM PORTO ALEGRE/2024

Objetivo da Pesquisa: Mapear condições de acesso, perdas materiais e impacto nos servidores, crianças, estudantes, famílias e comunidades escolares devido aos eventos climáticos.

Período da Pesquisa: De 16 de maio a 17 de junho de 2024.

Abrangência: Escolas municipais e parceiras do município de Porto Alegre.



ABRANGÊNCIA

Total de Escolas Consultadas

REDE MUNICIPAL DE
ENSINO

99

ESCOLAS PARCEIRAS
COM PMPA

219

PARTICIPAÇÃO

Total de Escolas Respondentes

REDE MUNICIPAL DE
ENSINO

78
(78,8%)

ESCOLAS PARCEIRAS
COM PMPA

90
(41,4%)

IMPACTOS NA INFRAESTRUTURA

REDE MUNICIPAL DE ENSINO

- 35 (44,9%) não sofreram danos
- 34 (43,6%) relataram perdas parciais
- 9 (11,5%) relataram perda total





ESCOLAS PARCEIRAS COM PMPA

- 42 (46,7%) não sofreram danos
- 42 (46,7%) relataram perdas parciais
- 6 (6,7%) relataram perda total







TIPOS DE DANOS

REDE MUNICIPAL DE ENSINO

-  1. Infiltrações: prediais: 66,7%
-  2. Danos nos Telhados: 54,8%
-  3. Problemas no Abastecimento de Água: 52,4%
-  4. Rede Elétrica danificada: 28,6%

ESCOLAS PARCEIRAS COM PMPA

-  1. Problemas no Abastecimento de Água: 60%
-  2. Danos nos Telhados: 52,7%
-  3. Infiltrações prediais: 47,3%
-  4. Rede Elétrica danificada: 32,7%

IMPACTO NA MOBILIDADE URBANA



REDE MUNICIPAL DE ENSINO

- Acesso Normal: 62,8%
- Sem Acesso: 14,1%
- Acesso Parcial: 23,1%

ESCOLAS PARCEIRAS COM PMPA

- Acesso Normal: 82,2%
- Sem Acesso: 6,7%
- Acesso Parcial: 11,1%

IMPACTO NOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

REDE MUNICIPAL DE ENSINO

- Equipe Diretiva: 121
- Professores: 492
- Monitores: 79
- Funcionários Terceirizados: 121

Total de Profissionais Atingidos: 813

692 servidores municipais e 121 terceirizados

Dados Coordenação de Recursos Humanos/SMED:
1.395 servidores afetados
(1.049 de escolas de ensino fundamental e 346 de educação infantil)

ESCOLAS PARCEIRAS COM PMPA

- Equipe Gestora: 89
- Professores: 196
- Auxiliares do Desenvolvimento Infantil: 101
- Funcionários de Serviços Gerais,
Cozinheiras e Auxiliares de Cozinha: 83

Total de Profissionais: 469

Dados do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
792 profissionais afetados

IMPACTO NOS TERRITÓRIOS E COMUNIDADES ESCOLARES: REDE MUNICIPAL DE ENSINO

INUNDAÇÕES NO BAIRRO

- 19,2% das escolas relataram que o bairro foi afetado
- 39,7% indicaram que o bairro não foi afetado
- 41% mencionaram que o bairro foi parcialmente afetado

PERDAS MATERIAIS DAS FAMÍLIAS

- 16,7% relataram perda total de casas e pertences
- 33,3% mencionaram perda parcial
- 25,6% informaram que não houve perdas
- 24,4% não tinham informações sobre as consequências

NÚMERO DE CRIANÇAS, ESTUDANTES E FAMÍLIAS IMPACTADAS

- Faixa "1 a 10": 21 escolas
- Faixa "10 a 20": 5 escolas
- Faixa "20 a 30": 2 escolas
- Faixa "30 a 40": 1 escola
- Faixa "40 a 50": 1 escola
- Faixa "50 a 60": 1 escola
- Faixa "70 a 80": 1 escola
- Faixa "90 a 100": 3 escolas
- Faixa "100 a 150": 1 escola
- Faixa "150 a 200": 1 escola
- Faixa "Mais de 200": 3 escolas



IMPACTO NOS TERRITÓRIOS E COMUNIDADES ESCOLARES: ESCOLAS PARCEIRAS COM PMPA

INUNDAÇÕES NO BAIRRO

- 25,6% das escolas relataram que o bairro foi completamente afetado
- 48,9% indicaram que o bairro não foi afetado
- 25,6% mencionaram que o bairro foi parcialmente afetado

PERDAS MATERIAIS DAS FAMÍLIAS

- 10% relataram perda total de casas e pertences
- 25,6% mencionaram perda parcial
- 43,3% informaram que não houve perdas significativas
- 21,1% não tinham informações sobre as consequências

NÚMERO DE CRIANÇAS, ESTUDANTES E FAMÍLIAS IMPACTADAS

- Faixa "1 a 10": 19 escolas
- Faixa "10 a 20": 6 escolas
- Faixa "20 a 30": 4 escolas
- Faixa "40 a 50": 3 escolas
- Faixa "60 a 70": 1 escola
- Faixa "70 a 80": 2 escolas
- Faixa "80 a 90": 3 escolas
- Faixa "90 a 100": 3 escolas
- Faixa "100 a 150": 3 escolas
- Faixa "Mais de 200": 1 escola



CRIANÇAS E ESTUDANTES SEM ATENDIMENTO ESCOLAR

Rede Municipal de Ensino

TOTAL DE ESCOLAS
SEVERAMENTE
ATINGIDAS

14

(9 EMEIs e 5
EMEFs)

TOTAL DE CRIANÇAS E
ESTUDANTES SEM
ATENDIMENTO

4.094

(774 crianças e
3.320
estudantes)

Dados da SMED, 20/06/2024

Escolas Parceiras com PMPA

TOTAL DE ESCOLAS
SEVERAMENTE
ATINGIDAS

31

Dados da FMDCA, 22/05/2025

ESCOLAS PARCEIRAS
COM PMPA

~3158

02

DAS ATIVIDADES DE ACOLHIMENTO E INTERLOCUÇÃO DO CME/POA COM ESCOLAS E COMUNIDADES ESCOLARES - JUNHO/2024

5

Encontros intitulados "**Diálogos entre CME/POA, FAGED/UFRGS e Escolas: escuta das comunidades escolares sobre os efeitos dos eventos climáticos e perspectivas para a reorganização**".



Público: Aproximadamente 85 escolas e 140 participantes



Depoimento

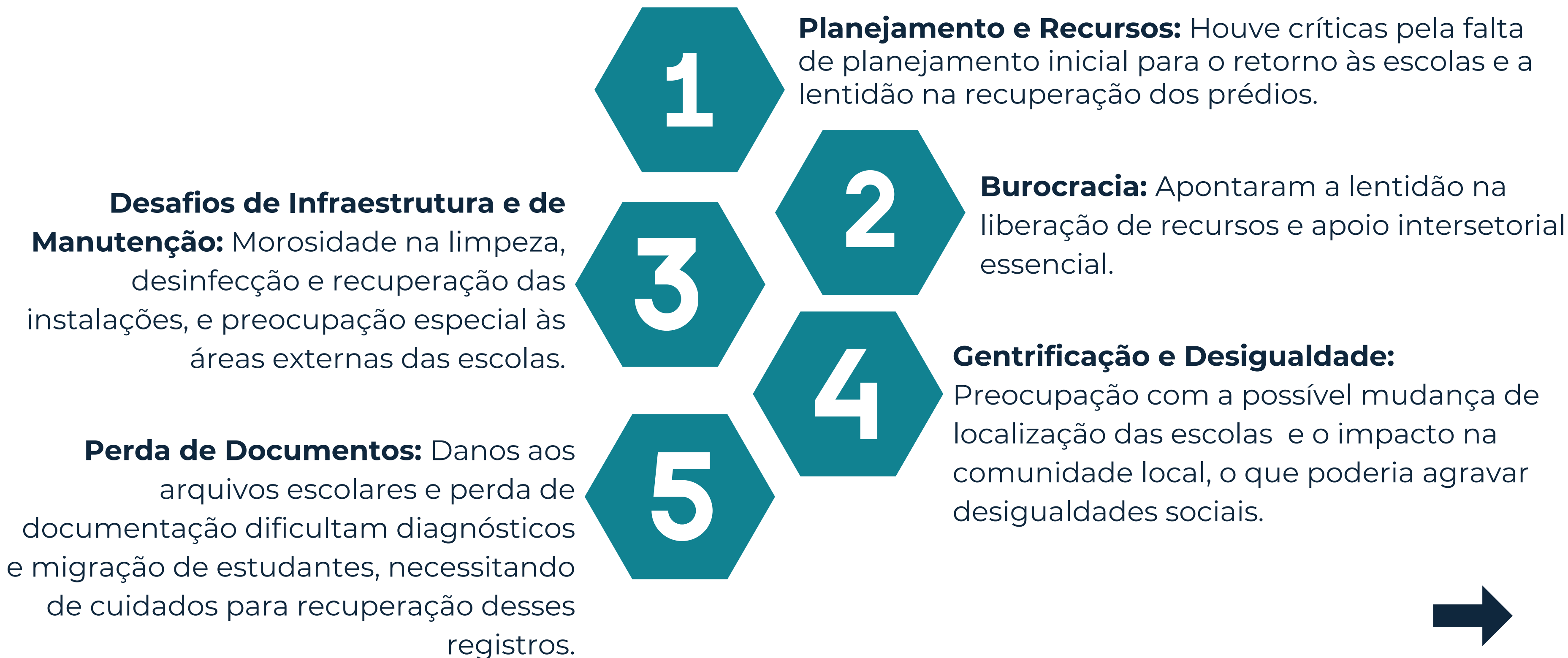
“

A escola precisa ser recuperada e cuidada para poder cuidar da comunidade e das famílias. As famílias precisam de ajuda, não só com roupa e alimento, mas precisam de acolhimento para superar o trauma e recuperar memórias e afeto. E a escola é isso, nossa segunda casa! A escola é, para as crianças e os adolescentes, um lugar de aprender, de ter oportunidades, de ser feliz!

(Estudante de uma das escolas municipais afetadas, representante do segmento alunos no Conselho Escolar, 13 anos)



04 Questões Emergentes do Encontro





Questões Emergentes do Encontros



Apoio aos Profissionais da Educação: Professores e funcionários, afetados fisicamente e emocionalmente, necessitam de apoio para lidar com a sobrecarga gerada pela crise.



Impactos Socioemocionais: A comunidade escolar destacou o papel das escolas como espaços de convivência e vínculo, enfatizando a importância de manter as escolas nos territórios originais para apoiar as crianças emocionalmente.



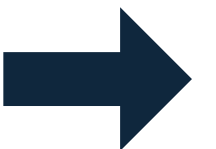
Qualidade do Ensino e Aprendizagens: Preocupação com a qualidade e continuidade das aprendizagens no retorno, especialmente considerando as dificuldades enfrentadas durante a pandemia de Covid-19.



Atenção às Necessidades das Comunidades Escolares: Apontaram que a retomada das atividades deve respeitar prioritariamente a autonomia de cada comunidade escolar e priorizar um acolhimento às decisões coletivas, devendo elas implementadas rapidamente pela SMED.

PARECER CME/POA N.º 2/2024, DE 15 DE AGOSTO DE 2024

“ Estabelece diretrizes para os integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre sobre a retomada segura das atividades e a reorganização dos calendários escolares, considerando a situação de excepcionalidade causada pela crise climática e ambiental. Determina providências.



Do contexto para a retomada segura das atividades nas escolas municipais e nas instituições parceiras



Retomada exige **atenção** à **reestruturação física dos prédios e áreas circundantes**, permitindo que a comunidade reassuma seu centro educacional.



Consideração das **necessidades, anseios e esperanças das comunidades escolares** por melhores condições de vida.



Importância de **cuidado e acolhimento para crianças, estudantes e profissionais** nos espaços educacionais.



01 Pesquisa da realidade de cada instituição, considerando seu entorno, características comunitárias e socioeconômicas.



02 Respeito aos anseios, necessidades, possibilidades e expectativas da **comunidade escolar** na tomada de decisões.



03 Garantia dos princípios constitucionais:

- Igualdade de acesso e permanência,
- Autonomia e gestão democrática,
- Padrão de qualidade educacional.



04 Atendimento célere da SMED às demandas estruturais, pedagógicas e administrativas:
Limpeza, desinfecção, recuperação e manutenção dos prédios e móveis escolares.



Paradigmas pertinentes à presente situação de excepcionalidade



05 Desburocratização do acesso aos recursos para as instituições.



06 Implementação de uma política intersetorial de apoio às comunidades fragilizadas, com foco em direitos fundamentais como saúde, moradia, alimentação e trabalho.



07 Retomada do atendimento pautada no acolhimento de todos os segmentos da comunidade escolar, considerando os danos materiais, emocionais e psicológicos sofridos



08 Oferta de aprendizagens significativas para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, tanto no atendimento presencial quanto na recuperação da carga horária de atividades não presenciais.



Dos calendários escolares

Conforme a Resolução CNE/CP n.º 3/2024, as Secretarias de Educação devem buscar medidas que atendam à segurança e qualidade da educação, adaptando-se às necessidades locais.

- **Educação Infantil:** Dispensados os 200 dias letivos e as 800 horas de carga horária anual.
- **Ensino Fundamental:** Dispensa dos 200 dias, mas com manutenção das 800 horas de efetivo trabalho escolar.
- **Ensino Médio/Curso Normal:** Dispensa dos 200 dias letivos, com manutenção das 1000 horas de trabalho escolar.

Garantia dos Princípios Constitucionais:

- # Igualdade de acesso e permanência nas escolas,
- # Busca de espaços provisórios, se necessário, e rápida recuperação dos prédios.

05

PARECER CME/POA n° 2/2024

Orientações para o Plano de Ação Pedagógica (PAP)



As escolas e as instituições devem elaborar um

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA PARA:

1. Computar a carga horária não presencial no calendário letivo.
2. Guardar documentos que comprovem as atividades realizadas, como registro legal das estratégias de atendimento (UNCME, 2024).

***Atividades não presenciais** realizadas durante o fechamento da escola devem ser detalhadas no plano e alinhadas aos objetivos de aprendizagem da proposta curricular da instituição.

***Atividades de acolhimento** também devem ser incluídas no calendário, assegurando o fortalecimento dos vínculos entre estudantes, professores, crianças e comunidade escolar.

A SMED deve elaborar com urgência:

**PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECUPERAÇÃO
DAS ESCOLA**

Planos de Recomposição das Aprendizagens (PRAs)

Aspectos a serem observados:

1. Planejamento de ações multidisciplinares ou interdisciplinares;
2. Valorização de todos os componentes curriculares;
3. Articulação com o Projeto Político Pedagógico;
4. Relação entre turmas, anos e ciclos de aprendizagem;
5. Definição de objetivos de aprendizagem, competências, habilidades, conhecimentos essenciais e temas geradores;
6. Projeção de tempos e espaços para atividades presenciais e não presenciais;
7. Seleção dos instrumentos a serem utilizados, como livros literários, didáticos, atividades não presenciais (on-line ou impressas), filmes, curtas-metragens, jogos e brinquedos, entre outros;



Planos de Recomposição das Aprendizagens (PRAs)

8. Identificação dos recursos materiais, digitais, tecnológicos e financeiros necessários para a execução das atividades;
9. Compromisso com a continuidade, sequencialidade e a articulação com o ano letivo e/ou etapa subsequente;
10. Avaliação qualitativa, diagnóstica e sistemática;
11. Integração com a biblioteca escolar e outros projetos da instituição;
12. Articulação com o Laboratório de Aprendizagem (LA) e a Sala de Integração e Recursos (SIR);
13. Integração com outros espaços educativos da cidade, como museus, exposições, parques, cinemas, teatros, eventos culturais e esportivos, entre outros.



Das Determinações à SMED

5.2.1 assegure os princípios constitucionais de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; de autonomia e de gestão democrática do ensino público; de garantia de padrão de qualidade educacional;



5.2.2 elabore e execute um Plano de Ação Emergencial para Recuperação das Escolas, que atenda ao SME, assegurando o retorno do atendimento de crianças e estudantes de forma célere e segura, conforme os itens 4.3 e 4.11 deste Parecer.



5.2.3 encaminhe o Plano de de Ação Emergencial para Recuperação das Escolas ao CME/POA, no prazo de 30 dias, através da abertura de processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI);



5.2.4 oriente as instituições de ensino sobre a dispensa, em caráter excepcional, do cumprimento dos 200 dias letivos e das 800 horas de trabalho escolar na Educação Infantil, conforme disposto no item 4.2;



5.2.5 oriente as instituições de ensino para a integralização da carga horária mínima anual, dispensando o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos no Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA e Educação Especial, conforme disposto no item 4.2;



05 Das Determinações à SMED

5.2.6 oriente, acompanhe e valide a reorganização dos calendários escolares das escolas e instituições, permitindo a previsão de calendários distintos de acordo com condições estruturais das unidades escolares, em conformidade com os itens 4.2 e 4.3 deste Parecer;



5.2.7 oriente as escolas e instituições quanto à elaboração de um Plano de Ação Pedagógica, assegurando a validação das atividades não presenciais e a preservação dos registros documentais necessários, conforme item 4.3;



5.2.8 remeta ao CME/POA, através de processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um panorama sobre os calendários escolares e os Planos de Ação Pedagógica, no prazo de 60 dias;



5.2.9 oriente às escolas e instituições quanto à garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e o currículo continuado para os anos de 2024-2025;



5.2.10 oriente, promova e subsidie as escolas para o replanejamento curricular e a execução e a avaliação dos Planos de Recomposição das Aprendizagens, respeitando a autonomia das instituições, conforme item 4.4.



05 Das Determinações à SMED

5.2.11 remeta ao CME/POA, através de processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um panorama sobre os Planos de Recuperação das Aprendizagens elaborados pelas escolas, no prazo de 60 dias;



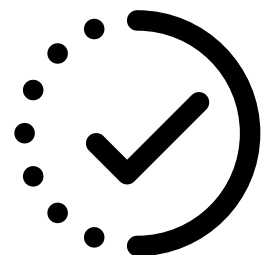
5.2.12 organize, junto às escolas e instituições, critérios de processo avaliação diagnóstica, formativa e contínua das crianças e dos estudantes, diante da excepcionalidade;



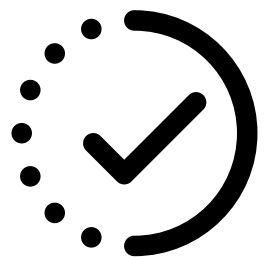
5.2.13 oriente, promova e subsidie a constituição das Comissões de Combate à Infrequência (CEI) nas instituições escolares, na elaboração de seus planos de ação e busca ativa, em conformidade com as normativas vigentes no SME, descritas no item 4.10;



5.2.14 garanta transporte adequado para o deslocamento de crianças e estudantes pelos territórios;



5.2.15 garanta às escolas do SME a infraestrutura suficiente, a locação e/ou a readequação dos espaços e a aquisição de materiais para retomada do atendimento e a implementação das determinações deste Parecer;



05 Das Determinações à SMED

5.2.16 disponibilize financiamento e aporte extra de recursos para as instituições da rede própria e parceiras de modo que possam ser aplicados para a aquisição de materiais pedagógicos e tecnológicos para readequação dos espaços e ambientes pedagógicos;



5.2.17 garanta às crianças, aos adolescentes, aos jovens e aos adultos o direito ao acesso, à permanência e à qualidade social da educação no Sistema Municipal de Ensino;



5.2.18 suspenda a avaliação externa de rendimento da RME nos períodos de excepcionalidade;



5.2.19 implemente uma política intersetorial de apoio às comunidades vulnerabilizadas, atendendo o subitem 4.1.6;



5.2.20 proceda ao acompanhamento e à avaliação da qualidade social da educação ofertada nas escolas do SME, observando as normativas do CME/POA.



DIREÇÃO CME/POA - GESTÃO 2023-2025

Aline de Oliveira Kerber (Presidente)

Josiara Alves de Souza (Vice Presidente)

COORDENAÇÕES DE COMISSÃO PERMANENTE

André Vicente da Silva (CMENG)

Clarice Gorodicht (CEF)

Elaine Beatris Dresch Timmen (CEI)

Jaira dos Santos Coelho (CPRPA)

ASSESSORIA TÉCNICA

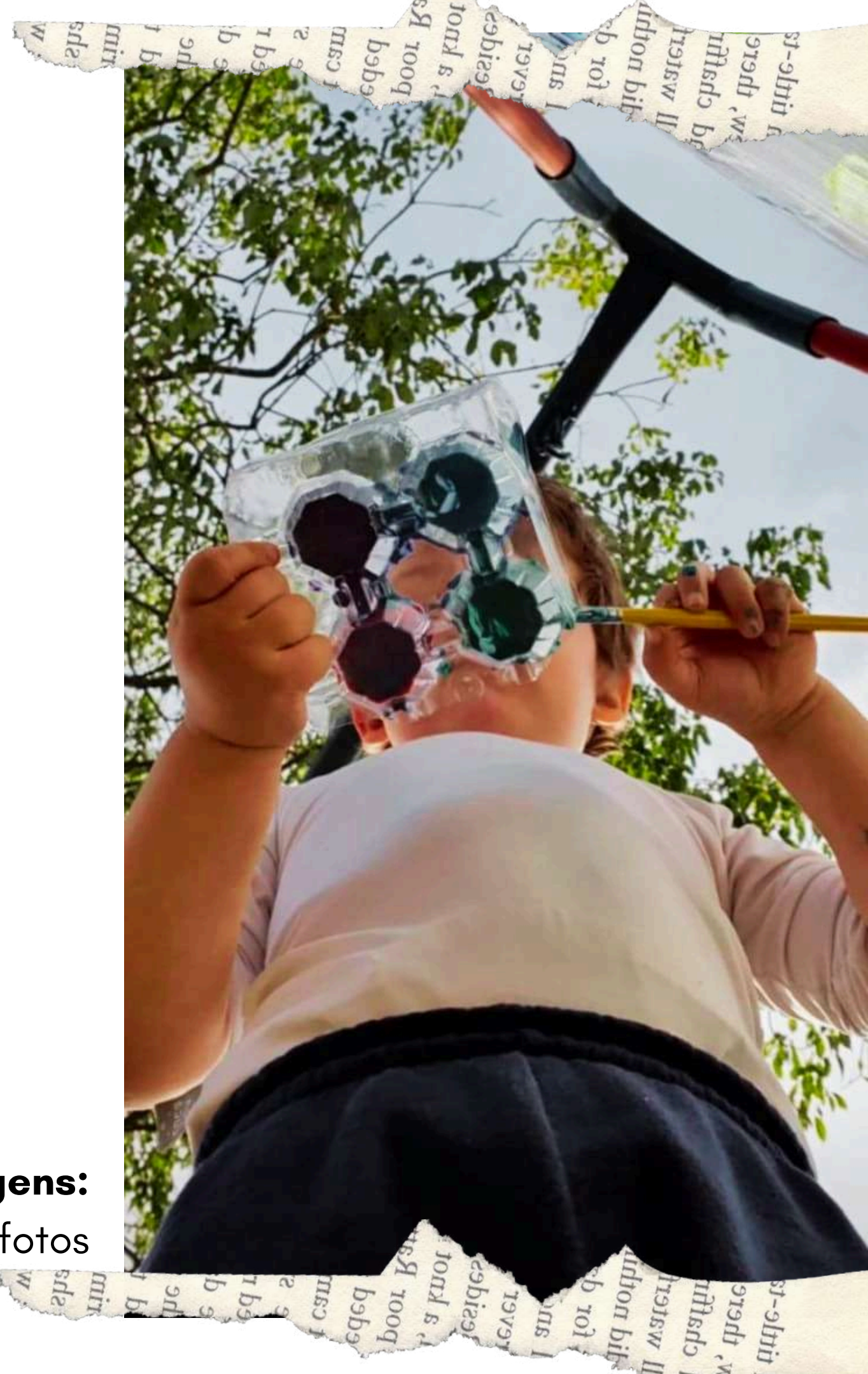
Lizelle de Moura Berrutti

Soraia Santana Rodrigues

Rodrigo Luiz Barelo

Imagens:

Canva – Banco de fotos





Conselho Municipal de Educação



51 3289.1810



cme@smed.prefpoa.com.br



cmepoa23.24@gmail.com



facebook.com/conselhomunicipal
deeducacaodeportoalegre



site CME/POA

ANEXO XV

RETORNO ÀS AULAS REDE MUNICIPAL DE ENSINO - GUAÍBA/RS

Relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Educação de Guaíba- RS, disponibilizado pela deputada federal, Franciane Bayer, presidenta desta Subcomissão.



Prefeitura de
GUAÍBA



GUAÍBA
Avançando
100
Anos



SME
SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
GUAÍBA/RS

RETORNO ÀS AULAS REDE MUNICIPAL DE ENSINO - GUAÍBA/RS

Secretaria Municipal de Educação
Pós-Enchente - Maio/2024



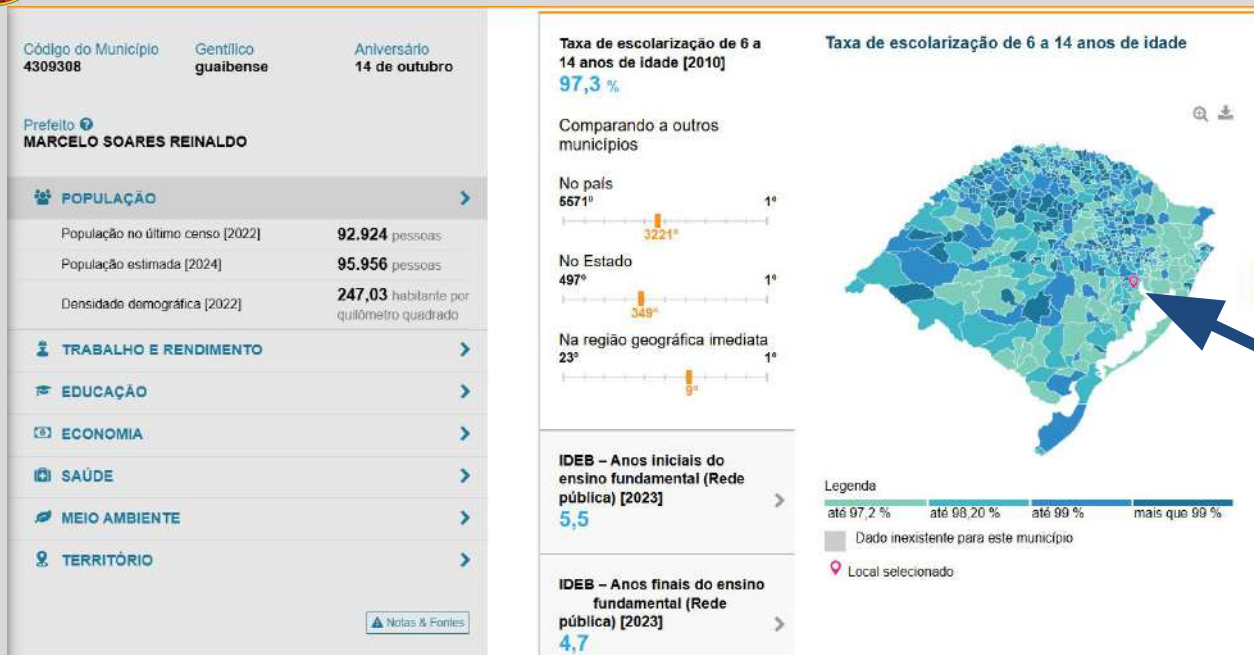
Prefeitura de
GUAÍBA



GUAÍBA
Avançando
100
Anos



SME
SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
GUAÍBA/RS



Prefeito: Marcelo Maranata
Vice-prefeita: Claudinha Jardim
Secretária de Educação: Magda Ramos

Número de Escolas Públicas Municipais

20: Escolas de Ensino Fundamental

10: Escolas de Educação Infantil

02: Centros de Atendimento

Nº de alunos: 11.054

Nº de professores: 1216








Agentes Educadores: 184

Monitores Infantis: 194



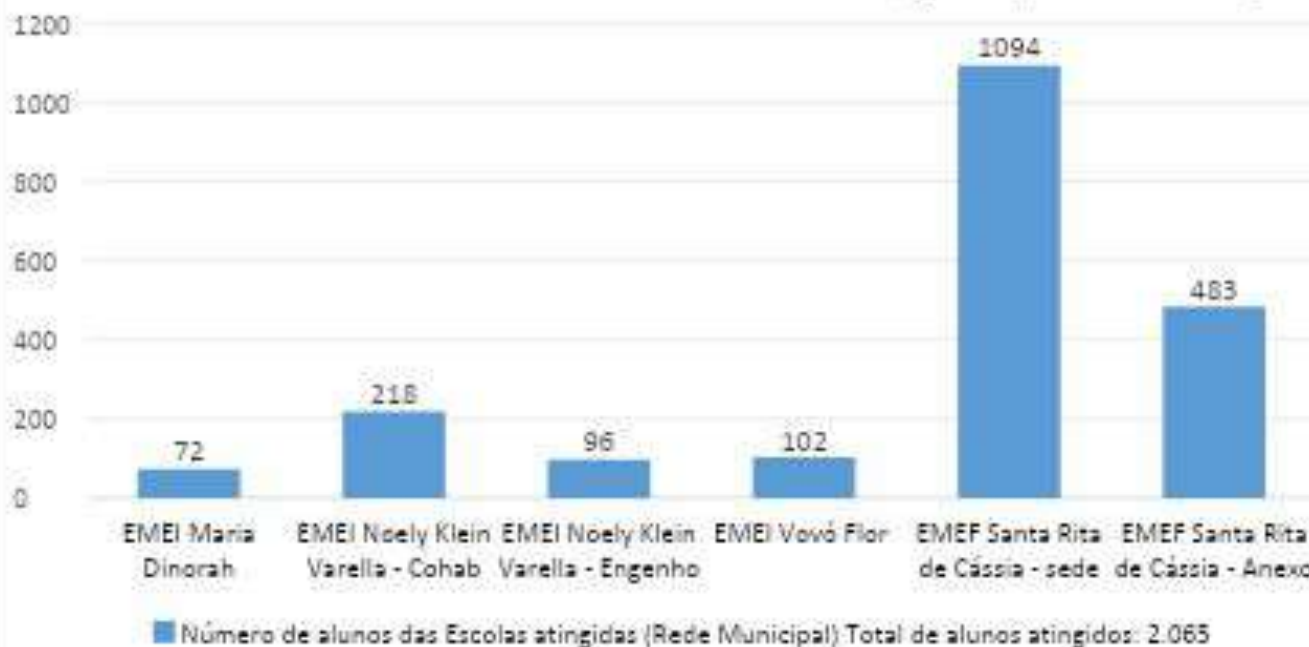
- Estado de calamidade: Decreto Municipal Nº 051, de 5 de maio de 2024.
- Enchente de maio/2024 afetou:
- 1 escola de Ensino Fundamental (a maior do município, 2 prédios: sede e anexo)
- 3 escolas de Educação Infantil (4 prédios)
- 5 bairros
- 12 escolas serviram como alojamento (EMEI's e EMEF's)
- Retorno às aulas como acolhimento e reestruturação social.

Escolas atingidas (Rede Municipal)

-  Escolas atingidas (Rede Municipal)
-  EMEI Maria Dinorah
-  EMEI Noely Klein Varella - Cohab
-  EMEI Noely Klein Varella - Engenho
-  EMEI Vovó Flor
-  EMEF Santa Rita de Cássia - sede
-  EMEF Santa Rita de Cássia - Anexo

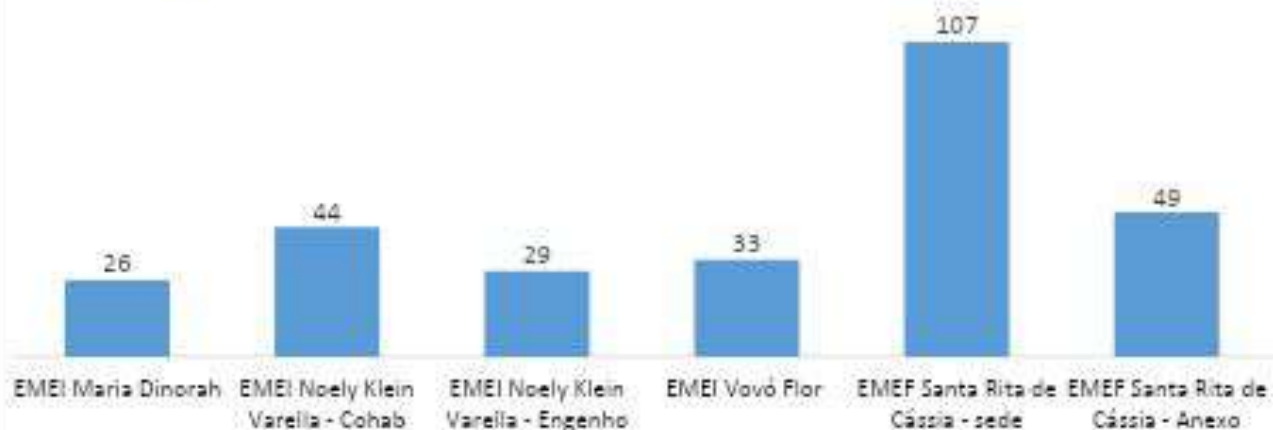


Número de alunos das Escolas atingidas (Rede Municipal)



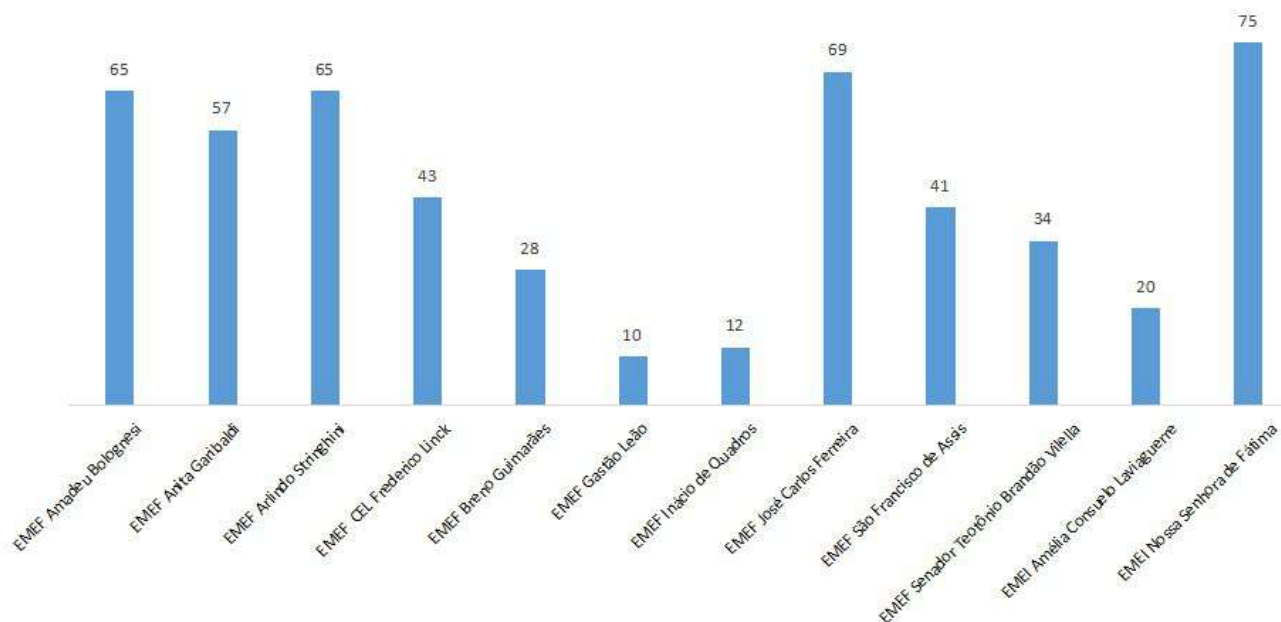
Número de profissionais que trabalham nas Escolas atingidas (Rede Municipal)

■ Número de profissionais das Escolas atingidas (Rede Municipal) Total de profissionais: 288



Número de abrigados nas Escolas Municipais

■ Número de abrigados nas Escolas Municipais



DIRETRIZES PARA O RETORNO

- Acolhimento dos estudantes e profissionais.
- Reorganização do calendário letivo.
- Busca ativa dos estudantes.
- Apoio à saúde emocional.

PROCEDIMENTOS NO RETORNO

- Espaço de escuta segura.
- Expressão de sentimentos.
- Atividades lúdicas.
- Retomada gradual da rotina escolar.
- Apoio pedagógico e emocional.

CONDIÇÕES PARA O RETORNO PRESENCIAL

- Regularização de água, luz e alimentação.
- Avaliação das instalações.
- Transporte escolar em funcionamento.

CRONOGRAMA DE RETORNO

- 03/06: 22 escolas
- 06/06: 1 escola
- 10/06: 3 escolas + e EMEIs afetadas
- 21/06: EMEF Santa Rita de Cássia - Sede
- 24/06: 2 EMEIs atingidas
- 28/06: EMEF Santa Rita de Cássia - Anexo

REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR

- Manteve-se o Recesso Escolar
- Flexibilização dos Dias Letivos
- Atividades presenciais e não presenciais.

REPOSIÇÃO DE CARGA HORÁRIA

- Atividades presenciais e remotas.
- Planejamento e registro obrigatórios.
- Garantia de 800 horas anuais.
- Apoio Pedagógico e reforço escolar.
- Inclusão dos estudantes da Educação Especial.

BUSCA ATIVA E ACOMPANHAMENTO

- Monitoramento da frequência.
- Análise dos casos de infrequência.
- Registros de faltas justificadas.
- Apoio da rede de proteção.

APOIO À SAÚDE EMOCIONAL

- Ações de acolhimento e escuta.
- Apoio da psicologia e assistência social.
- Atividades físicas e educação alimentar.
- Cuidado com traumas e vulnerabilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Priorização do acolhimento emocional.
- Fortalecimento das comunidades escolares.
- Garantia da segurança e qualidade da educação.
- Resiliência.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

Secretaria Municipal de Educação de Guaíba/RS
Compromisso com a Educação e a Comunidade

AGRADECEMOS A TODOS!

Secretaria Municipal de Educação de Guaíba/RS

**Compromisso com a reconstrução da esperança
e com o fortalecimento da nossa comunidade
escolar.**



ANEXO XVI

RELATÓRIO IMPACTO DA ENCHENTE NA EDUCAÇÃO DE BENTO GONÇALVES

Relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Educação de Bento Gonçalves- RS, disponibilizado pela deputada federal, Franciane Bayer, presidenta desta Subcomissão.



MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO IMPACTO DA ENCHENTE NA EDUCAÇÃO DE BENTO GONÇALVES

1. **Escolas afetadas pela enchente:** Nenhuma escola, porém três escolas atendendo alunos afetados pelos impactos de deslizamentos e alagamentos que assolaram o interior do município.
2. **Número de estudantes afetados pela enchente:** cerca de 55 famílias da rede.
3. **Resumo das perdas:** Houveram diversas perdas materiais e de aprendizagem. Quanto às perdas de aprendizagem, podemos destacar a baixa frequência dos alunos afetados nos dois meses subsequentes à enchente. Perdas materiais foram relacionadas com a propriedade das famílias.
4. **Período de fechamento das escolas:** A maior parte das escolas ficou apenas um dia fechada. Três escolas ficaram fechadas temporariamente por problemas no transporte escolar, porque as estradas estavam com trânsito interrompido devido as fortes chuvas e deslizamentos de terra.
5. **Prejuízos Emocionais:** Vários foram os prejuízos emocionais, principalmente quanto à perda de familiares causada pelos deslizamentos, perda de casas e pessoas sem terem aonde morar.
6. **Prejuízos na Aprendizagem:** Os prejuízos na aprendizagem foram significativos, porém as escolas tiveram várias ações pontuais para a recuperação na aprendizagem. Foram ofertadas aulas de recuperação paralela por parte das escolas, com apoio da SMED.
7. **Evasão:** As escolas atingidas não tiveram alunos evadidos. Entretanto recebemos alunos na rede oriundos das áreas afetadas pelas chuvas, principalmente de municípios próximos.

ANEXO XVII

RELATÓRIO COMPLETO – IMPACTO DAS CHEIAS NA EDUCAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Relatório apresentado pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí- RS, disponibilizado pela deputada federal, Franciane Bayer, presidenta desta Subcomissão.



RELATÓRIO COMPLETO – IMPACTO DAS CHEIAS NA EDUCAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

No mês de maio de 2024, São Sebastião do Caí enfrentou a maior enchente de sua história. As águas invadiram ruas, lares, comércios, equipamentos públicos e, entre eles, unidades de ensino essenciais para o pleno desenvolvimento de centenas de crianças e adolescentes do município.

A rede municipal de educação foi severamente impactada. O que se perdeu vai muito além do que pode ser mensurado financeiramente: perderam-se espaços de aprendizado, materiais de ensino, rotinas estruturadas e, em muitos casos, o sentimento de segurança — essencial para o processo de ensino-aprendizagem.

1. Unidades Escolares Afetadas

Ao todo, **sete instituições de ensino da rede municipal** foram diretamente atingidas:

- 1 Escola Municipal de Ensino Fundamental
- 1 Centro Integrado de Educação
- 1 Centro de Educação
- 4 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs)

Muitas delas tiveram suas instalações completamente alagadas, resultando na perda total de mobiliário e materiais pedagógicos, exigindo intervenções emergenciais para manter o atendimento às crianças.

2. Estudantes Impactados

648 alunos da rede pública municipal foram diretamente afetados. Entre eles, crianças da Educação Infantil, estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e alunos do Centro Integrado e do Centro de Educação, que desempenham funções multidisciplinares e de apoio à inclusão e ao reforço educacional.

Para essas crianças e jovens, a escola é mais que um local de aprendizagem: é também espaço de proteção, acolhimento e alimentação diária — funções comprometidas durante os períodos de suspensão das atividades.

3. Perdas Materiais

As perdas foram significativas:

- **Mobiliários escolares:** mesas, cadeiras, armários e berços.
- **Brinquedos pedagógicos:** fundamentais para o desenvolvimento infantil.
- **Equipamentos tecnológicos:** 14 projetores, 31 computadores e 21 televisores.
- **Material de expediente e insumos escolares diversos:** papéis, livros, tintas, colchonetes, kits de higiene, entre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Grande parte do que foi perdido havia sido adquirido recentemente, com recursos próprios do município ou via programas federais.

4. Fechamento das Escolas e Realocação

As aulas foram suspensas imediatamente após a tragédia, com retorno gradativo entre os meses de maio e junho de 2024, à medida que as unidades foram sendo limpas, reorganizadas ou adaptadas. No entanto, o Centro de Educação precisou ser realocado provisoriamente, já que o prédio original segue sem condições de uso até o presente momento. Essa movimentação exigiu a reorganização de equipes e cronogramas.

5. Impactos Emocionais

Os danos não foram apenas estruturais. A enchente causou abalo emocional em alunos, professores, merendeiras, serventes e famílias. Muitos servidores da educação também perderam suas casas ou foram diretamente atingidos pela água.

Relatos de medo, ansiedade e incerteza tornaram-se comuns nos dias seguintes à enchente, e ainda hoje, reverberam no cotidiano escolar. A retomada da aprendizagem passa, antes de tudo, pela reconstrução emocional da comunidade escolar.

6. Prejuízos na Aprendizagem

Diante do cenário de emergência, a rede precisou reformular e adaptar rapidamente suas **ementas curriculares**, priorizando conteúdos essenciais, reformulando estratégias de ensino e investindo em atividades à distância.

7. Evasão Escolar

Até o momento, registra-se a **evasão de cinco estudantes** da rede municipal de Ensino Fundamental.

8. Considerações Finais

A Educação é um dos pilares da reconstrução social de São Sebastião do Caí. Cada investimento direcionado à recuperação da rede municipal será um passo concreto na garantia de direitos fundamentais de nossas crianças e adolescentes — educação, segurança, cuidado e dignidade.

Neste momento em que o município busca se reerguer com união, fé e planejamento, a **rede municipal de educação pede o olhar sensível de todos os parceiros públicos e privados**. Toda contribuição é valiosa. Investir na educação, neste contexto, é investir em um futuro resiliente, justo e mais preparado para os desafios que virão.

ANEXO XVIII

RELATÓRIO DE IMPACTO DA ENCHENTE NA EDUCAÇÃO DE CANDELÁRIA

Relatório apresentado pela Prefeitura Municipal de Candelária- RS, disponibilizado pela deputada federal, Franciane Bayer, presidenta desta Subcomissão.



RELATÓRIO IMPACTO DA ENCHENTE NA EDUCAÇÃO DE CANDELÁRIA

- 1. Escolas afetadas pela enchente:** a EMEF Max Sperling – Linha do Salso foi classificada como área de risco, sendo os alunos realocados para uma escola estadual, onde permanecem até o momento. Houve a necessidade de limpeza em 04 escolas para deixar as unidades aptas a receber novamente os alunos, incluindo a desinfecção e vistoria de segurança.
- 2. Período de fechamento das escolas:** todas as 19 escolas municipais tiveram suas atividades suspensas no período de 30 de abril de 2024 a 14 de maio de 2024, em virtude das chuvas. A EMEF São Paulo – Linha do Rio, por falta de acesso, retornou presencialmente as aulas no dia 11 de junho de 2024.
- 3. Transporte escolar:** considerando o rápido aumento do volume de água nos rios, um veículo escolar – ônibus foi atingido pelas águas, vindo a apresentar problemas em seu funcionamento, sendo muito alto o custo para a manutenção do mesmo.
- 4. Prejuízos na Aprendizagem:** em situações de calamidade pública, como a enchente, que impactou comunidades inteiras, vê-se a necessidade de continuar os processos de ensino e aprendizagem de maneira condizente à nova realidade. O currículo foi adequado nos principais marcos de aprendizagem. Para auxiliar na recuperação da aprendizagem o município tem investido em aulas no contraturno para os anos iniciais e finais.
- 5. Aspecto Emocionais e Psicológicos:** impacto emocional em crianças e famílias – medo, ansiedade e perda de bens materiais exigem suporte psicológico. Ações de apoio emocional nas escolas – importância da escuta ativa, acolhimento e retomada gradual da rotina.
- 6. Adaptação do Calendário Escolar:** recuperação de aulas – estratégias adotadas para compensar os dias letivos perdidos (aulas aos sábados, contraturno, aulas online, aulas remotas, atividades a distância). Revisão do calendário escolar oficial – possíveis alterações aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação ou pela Secretaria de Educação.

Candelária, 30 de abril de 2025.


Carla Martin Goelzer

Secretária Municipal de Educação e Desporto

ANEXO XIX

Relatório: Dados do Evento Climático

Relatório apresentado pela Prefeitura Municipal de Pareci Novo- RS, disponibilizado pela deputada federal, Franciane Bayer, presidenta desta Subcomissão.

Relatório: Dados do Evento Climático

Data: 26/02/2025

Escola atingida: EMF Rui Ramos

Evento Climático: Chuvas intensas que alagaram toda a escola, enxurrada

Prejuízos:- Muro da Escola foi derrubado com a força das águas.

Orçamento: R\$ 40.000,00

– Móveis de escritório, cozinha e salas de aula e equipamentos.

Orçamento: R\$ 15.000,00

– Materiais de escritório e cantina

Orçamento: R\$ 4.000,00

Tempo sem aula: 27/02/2025 Tempo para a comunidade tirar a água e limpar a escola.

Prejuízos emocionais: Os alunos ficaram muito apreensivos pois na enchente de maio de 2024 muitos foram atingidos pelo Evento climático. Com a enxurrada as crianças ficaram com medo que tudo ficaria alagado novamente (ansiedade, medo e falta de foco na aprendizagem).

ANEXO XX

**RELATÓRIO: IMPACTO DA ENCHENTE NO MÊS DE MAIO NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE CAMAQUÃ**

Relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Educação de Camaquã - RS,
disponibilizado pela deputada federal, Franciane Bayer, presidenta desta Subcomissão.



RELATÓRIO: IMPACTO DA ENCHENTE NO MÊS DE MAIO NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ

1. Escolas afetadas: As seguintes escolas da zona rural foram diretamente impactadas pela enchente:

- EMEF Otto Laufer – 4º Distrito
- EMEF 15 de Novembro – 5º Distrito
- EMEF Mário Centeno Crespo – 6º Distrito
- EMEF Érico Veríssimo – 7º Distrito
- EMEF João Beckel – 8º Distrito
- EMEF Santo Antônio – 11º Distrito
- EMEF Boaventura Cardoso da Silva – BR 116, KM 398

2. Número de estudantes afetados: As enchentes afetaram diretamente **1.518 estudantes** matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental do Campo.

3. Resumo das perdas: As escolas registraram prejuízos materiais significativos, incluindo:

- Danos e perdas em **mobiliários escolares** (mesas, cadeiras, armários, estantes);
- Perda de **materiais pedagógicos** (livros didáticos, jogos, cadernos, kits escolares);
- Danificação ou inutilização de **equipamentos tecnológicos** (computadores, impressoras, projetores);
- Danos a **materiais de expediente** e documentos escolares;
- Prejuízos à estrutura física de algumas unidades escolares (salas alagadas, quadras e áreas externas danificadas).

4. Período de suspensão das atividades presenciais: Conforme Decretos Municipais Nº 27.289, Nº 27.300, Nº 27.321 e Nº 27.341, as escolas permaneceram **fechadas de 03 de maio a 06 de junho de 2025**, totalizando mais de um mês de suspensão das aulas presenciais.

Considerando a ocorrência no território do Município de Camaquã de **eventos climáticos** como chuvas intensas, alagamentos, inundações, enxurradas e vendavais, entre outros e **considerando** que, em razão das **intensas chuvas**, muitas **linhas de ônibus escolares** que



ligam as localidades distritais à sede foram atingidas, impossibilitando a trafegabilidade e, consequentemente, o transporte dos estudantes até as instituições de ensino.

Considerando que a **segurança e a integridade física** das crianças, alunos e profissionais das instituições de ensino afetadas devem ser prioritariamente garantidas, **prevenindo riscos à vida** durante a ocorrência de eventos climáticos extremos.

5. Prejuízos na aprendizagem: O período de suspensão das aulas, aliado à perda de materiais e à instabilidade emocional, acarretou:

- Interrupção de processos de alfabetização e consolidação de aprendizagens;
- Dificuldades no acompanhamento dos conteúdos previstos no cronograma letivo;
- Desigualdade no acesso ao ensino remoto ou a atividades pedagógicas durante o período de suspensão;
- Necessidade de reforço escolar e replanejamento das ações pedagógicas.

6. Evasão escolar: Foi registrada a evasão de **18 estudantes** nas escolas afetadas, o que representa **aproximadamente 1,19%** do total de alunos impactados ($18/1518 \times 100 \approx 1,19\%$). A evasão pode estar associada a deslocamentos de famílias, perdas materiais e dificuldades de acesso às unidades escolares.



RELATÓRIO: IMPACTO DO EVENTO CLIMÁTICO DO MÊS DE SETEMBRO NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ

1. Escolas Afetadas: As unidades escolares diretamente impactadas pelas condições climáticas severas foram:

- Escola Municipal de Educação Infantil Irmãs Bernardinas
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Nadir Medeiros
- Escola Municipal de Ensino Fundamental João Belchior Marques Goulart

2. Número de Estudantes Afetados:

- 162 alunos da Educação Infantil
- 194 alunos da EMEF Dr. Nadir Medeiros
- 283 alunos da EMEF João Belchior Marques Goulart

Total geral: 639 estudantes impactados

3. Resumo das Perdas: Conforme descrito nos laudos técnicos em anexo, as perdas envolveram comprometimento da infraestrutura predial, com danos em telhados, infiltrações, alagamentos em salas de aula e áreas comuns, além da perda de materiais pedagógicos e mobiliário.

4. Período suspensão das atividades presenciais: De acordo com os Decretos Municipais Nº 27.731, Nº 27.736 e Nº 27.737, as escolas permaneceram fechadas no período de **25/09 a 01/10**, como medida preventiva e de segurança.

5. Prejuízos na Aprendizagem: A interrupção das aulas e a dificuldade de acesso às unidades escolares impactaram diretamente o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo nas turmas de anos iniciais e da Educação Infantil. A defasagem gerada pela paralisação das atividades pedagógicas exigirá reforço escolar e estratégias de recuperação do conteúdo não desenvolvido no período.

6. Evasão Escolar: Foi registrado o abandono escolar de **13 estudantes**, sendo **5 da EMEI Irmãs Bernardinas** e os demais das escolas municipais de Ensino Fundamental. Esse número



representa aproximadamente **2,1%** do total de alunos matriculados nas unidades afetadas. A evasão está diretamente relacionada à vulnerabilidade social acentuada após o evento climático e à dificuldade de deslocamento em determinadas áreas.

Considerações Finais:

As **condições climáticas severas**, com altos volumes de precipitação, rajadas de vento e descargas elétricas, afetaram significativamente o município de Camaquã, provocando **danos nas estruturas físicas das escolas** e dificultando o acesso seguro de alunos e profissionais da educação.

Diante dos riscos à **integridade física dos educandos e servidores**, e considerando também as **previsões meteorológicas de continuidade das chuvas intensas na região**, foi necessária a suspensão temporária das aulas, conforme os decretos municipais mencionados.

Os **danos e prejuízos descritos** estão documentados no **Formulário de Informações do Desastre – FIDE**, com base em relatórios, levantamentos e laudos realizados pelas equipes competentes.



RELATÓRIO: IMPACTO DO EVENTO CLIMÁTICO DENOMINADO MICRO EXPLOÇÃO DO MÊS DE DEZEMBRO NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ

1. Escola Afetada: Escola Municipal de Ensino Fundamental João Beckel

Localizada na Querência, 8º distrito de Camaquã, escola do campo.

2. Número de Estudantes Afetados: 210 estudantes da zona rural, regularmente matriculados na instituição.

3. Resumo das Perdas: Conforme descrito nos **laudos técnicos em anexo**, a escola sofreu danos severos em sua infraestrutura física em decorrência de uma **microexplosão**, evento climático extremo que resultou em **devastação predial**, comprometendo telhados, salas de aula, mobiliários, equipamentos pedagógicos e áreas administrativas.

4. Período de suspensão das atividades presenciais: A unidade escolar permaneceu fechada a partir de 01 de dezembro até o encerramento do ano letivo de 2024, conforme os Decretos Municipais Nº 27.876, Nº 27.884 e o Parecer nº 08/2024 do Conselho Municipal de Educação (Comissões de Educação Infantil e Ensino Fundamental), que reorganizou o encerramento do ano letivo da escola mencionada, considerando a magnitude do sinistro.

5. Prejuízos na Aprendizagem: A paralisação das atividades presenciais comprometeu o desenvolvimento de conteúdos curriculares planejados para o encerramento do ano letivo. A escola enfrentou dificuldades em manter o vínculo escolar, especialmente por se tratar de uma unidade rural, com **limitações de acesso digital** que inviabilizaram ações remotas com eficácia. As perdas de aprendizagem são mais significativas nos anos iniciais, exigindo ações de recomposição pedagógica no ano subsequente.

6. Evasão Escolar: Foi registrada a evasão de **01 estudante**, o que representa aproximadamente **0,47%** do total de alunos matriculados na EMEF João Beckel. A evasão está relacionada à vulnerabilidade social da família e à interrupção do vínculo com a escola após o desastre.



Considerações Finais:

CONSIDERANDO os **impactos causados pelos eventos climáticos adversos**, como a **interrupção do fornecimento de energia elétrica e do abastecimento de água**, o funcionamento regular das escolas municipais foi comprometido. Essa interrupção afetou diretamente as condições adequadas para a realização das atividades escolares, incluindo higiene, alimentação, acolhimento e conforto dos estudantes e profissionais da educação.

As **condições climáticas severas**, com **altos volumes de precipitação, rajadas de vento e descargas elétricas**, afetaram significativamente o município de Camaquã, provocando **danos nas estruturas físicas das escolas** e dificultando o **acesso seguro de alunos e profissionais da educação**.

Diante dos **riscos à integridade física** dos educandos e servidores, e considerando também as **previsões meteorológicas de continuidade das chuvas intensas na região**, foi necessária a **suspensão temporária das aulas**, conforme os decretos municipais mencionados.